

(re)habitar o espaço pombalino

VILA REAL DE SANTO ANTÓNIO

Nélia Filipe

(re)habitar o espaço pombalino

VILA REAL DE SANTO ANTÓNIO



Nélia Alexandra Gaspar Filipe

Prova Final de Licenciatura em Arquitectura

Departamento de Arquitectura

Faculdade de Ciências e Tecnologia da Universidade de Coimbra

Junho de 2005

Obrigada,

Pai e Mãe, por... tudo!

Sandra, pela cumplicidade e pela companhia nas noites mal (não) dormidas.

Avó, pelas nossas conversas que renovam dia após dia uma lição de vida.

Zé, pelo carinho, pelo apoio e pela (muita...) paciência!

à *minha família* pelos momentos constantes de boa-disposição e alegria.

aos *amigos* pela partilha.

aos *companheiros* destes "longos" 7 anos, pela redescoberta constante.

às *companheiras* do PPSNPVRSa, pelas conversas, pelos sorrisos e pela amizade.

Agradeço aos orientadores, Arquitecto Adelino Gonçalves e Prof. Doutor Walter Rossa, o apoio e as discussões de trabalho que tornaram possível esta prova, assim como a oportunidade de ter feito parte da *experiência vila-realense*.

(Re) Habitar o Espaço Pombalino

VILA REAL DE SANTO ANTÓNIO

ACMVRSA – Arquivo da Câmara Municipal de Vila Real de Santo António

AMOP – Arquivo do Ministério das Obras Públicas

IPPAR – Instituto Português do Património Arquitectónico

PPSNPVRSA – Plano de Pormenor de Salvaguarda do Núcleo Pombalino de Vila Real de Santo António

VRSA – Vila Real de Santo António

ZIS – Zona de Intervenção Sensível

9	Procura do Tema
11	Exposição do Tema e da Prova
15	1. Vila de Santo António de Arenilha/Vila Real de Santo António
16	1.1. 1773/2003 (o plano da Vila de Santo António de Arenilha e sua leitura no ano 2003)
26	1.2. VRSA, património urbanístico
27	1.3. Propostas e intervenções
29	2. Salvar ao transformar
30	2.1. Afirmção
31	2.2. Identidade Urbana
33	2.3. Consumo
36	2.4. Ícone
37	2.5. Intervir
39	2.6. Lugar
40	2.7. Espaço Público
41	2.8. <i>Invólucro</i> do edifício
46	2.9. Usos
51	3. (Re)Desenhar o Núcleo Pombalino
52	3.1. PPSNPVRSA - Linhas de Intervenção.
56	3.2. Outras Linhas de Intervenção, complementares à acção do PPSNPVRSA
60	3.3. Formalizar a Intervenção
61	3.3.1. Habitar áreas mínimas
72	Considerações Finais
75	Anexos – planta do Núcleo Pombalino _código dos quarteirões e toponímia - tipologias pombalinas
79	Bibliografia

A PROCURA DO TEMA

Ao longo do curso questioneei-me, por vezes, sobre o tema para a minha prova final. Para essa pergunta nunca encontrei uma resposta clara. Tinha apenas em mente factores que achava fundamentais que o tema devia abranger, temas que me preocupam e me fazem reflectir sobre o papel do arquitecto nos dias de hoje e a sua responsabilidade na actuação na cidade consolidada. Reflectindo nesta problemática era fundamental a prova ser um instrumento de procura e reflexão da realidade, para questionar a intervenção na cidade, particularmente em contexto de salvaguarda patrimonial. Mais do que criar, repensar a vivência do edificado. Na conclusão do 5ºano da licenciatura, surgiu a oportunidade de me integrar numa equipa para a elaboração do Plano de Pormenor de Salvaguarda para o Núcleo Pombalino de Vila Real de Santo António (PPSNPVRSA). Nesse percurso reuniram-se os factores que procurava para o tema da prova.

EXPOSIÇÃO DO TEMA E DA PROVA

O primeiro contacto com a história de Vila Real de Santo António (VRSA) deu-se através da tese do Professor José Eduardo Horta Correia – *Vila Real de Santo António, Urbanismo e Poder na Política Pombalina* –, o relato de uma cidade globalmente desenhada que nasceu de uma vontade política. Cidade pensada não apenas enquanto traçado urbano, mas com arquitectura e funções pré-definidas, em grande parte construída em Lisboa e para ali transportada por barco. Um sonho pré-fabricado do Marquês de Pombal do qual resultou um espaço para ser entendido como uma unidade, uma cidade-edifício.

O PPSNPVRSA é uma iniciativa da Câmara Municipal de VRSA para fazer face à profunda descaracterização que o Núcleo Pombalino vem sofrendo. Para encetar a sua elaboração a Câmara Municipal celebrou um protocolo com o Centro de Estudos do Departamento de Arquitectura da Faculdade de Ciências e Tecnologia da Universidade de Coimbra e com o Centro de Estudos de Direito do Ordenamento, do Urbanismo e do Ambiente sediado na Faculdade de Direito da mesma Universidade.

A primeira fase do trabalho consistiu na caracterização da situação actual do Núcleo Pombalino, trabalho que exigiu a permanência ao longo de dois meses no local. Esta aproximação à realidade muito particular de VRSA desvendou a profunda descaracterização que esta tem sofrido nas últimas décadas. Um exemplo claro é o aumento de volumetria, que perverteu a escala original da cidade.

A interpretação desta realidade levantou uma série de questões relevantes face ao desejo de intervir no núcleo, que ganham forma no confronto do plano pombalino com os nossos padrões actuais de conforto/vivência: pela quantificação de área, nas relações entre a tipologia do edificado e o programa e, sobretudo, nas condicionantes de salvaguarda do património urbanístico.

A acção da equipa do Plano de Pormenor e Salvaguarda sempre se regeu com base num objectivo fulcral “ (...) transformar a cidade numa referência de qualidade do seu ambiente urbano por via da valorização do seu património urbanístico (...) ”¹.

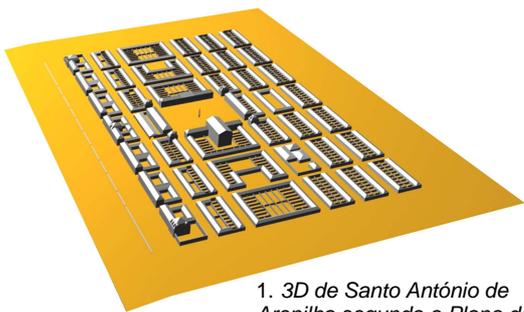
O levantamento no terreno, sistematizado em fichas lote a lote, conjuntamente com fotos aéreas dos quarteirões e a uma base cartográfica, permitiu-nos reunir informação para a elaboração de mapas e gráficos de caracterização referentes aos usos, à volumetria, presença de características pombalinas, tipo de materiais, entre outros, constituindo-se como um instrumento fundamental para identificar as carências e qualidades do edificado, perceber quais as zonas obsoletas, os eixos fundamentais na vivência do núcleo, etc., Este levantamento possibilita-nos ter uma visão geral da situação funcional e social do núcleo, assim como da sua volumetria e morfologia O levantamento excedeu a área do Núcleo Pombalino, era fundamental perceber qual a relação deste com a restante cidade, principalmente quando o plano original “se delineava” fechado.

¹ ROSSA, Walter – *Dissertação, Ante-Plano de Pormenor e Salvaguarda do Núcleo Pombalino de Vila Real de Santo António*, Vila Real de Santo António, Junho, 2004, pág.3

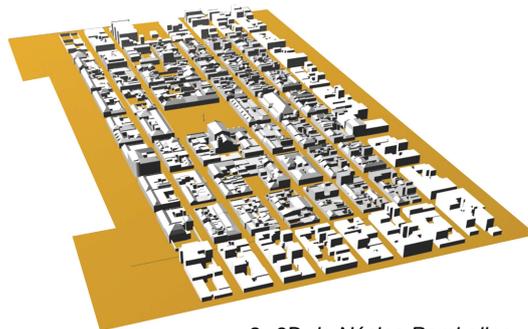
Alguns edifícios pombalinos que permanecem estão em ruína, outros são asfixiados por diferentes usos cujas exigências funcionais e legislativas não são compatíveis com a tipologia do espaço, mas o que realmente contribui para destruir este legado pombalino é a acção dos privados sobre os seus bens. Corta-se, pinta-se, abre-se, fecha-se, substitui-se, deita-se abaixo... enfim, uma corrente de acções sem freios que é urgente regulamentar! É neste momento de reflexão que surge o tema da prova, não de imediato um título, mas muitas interrogações às quais gostaria responder. Como intervir no Núcleo Pombalino? Qual a atitude face a um contexto com esta especificidade? Projectar lote a lote com o mesmo critério recupera a sua unidade? Como conduzir o desafio de projectar para o que foi outrora uma cidade projectada como complexo fabril/habitacional e que há muito vem perdendo a sua identidade?

Face a um património urbanístico, sublinhado pela especificidade de VRSA, é essencial dominar estratégias de reabilitação, revitalização, quer a nível formal quer a nível funcional. O importante é equacionar o valor patrimonial do edificado, e consequentemente do Núcleo Pombalino enquanto unidade. Adaptabilidade, flexibilidade, sobreposição de usos, novas formas de apropriação espacial, são todos itens fundamentais para trabalhar com um espaço tão restrito e cheio de condicionantes. A prova investe essencialmente em reflectir como reabilitar as diferentes tipologias pombalinas patentes no plano de 1773, dando especial ênfase ao programa habitacional, para tal torna-se fundamental hierarquizar valores para poder intervir.

A prova não descreve um percurso linear, a complexidade de intervir em qualquer contexto exige que se aponte em diversas direcções, na intenção de reflectir nas várias questões que se vão colocando. A prova é constituída por três partes. A primeira dá a conhecer o plano pombalino de 1773 e uma leitura no tempo presente, expondo o papel de VRSA no contexto urbanístico e relata as intervenções mais significativas no Núcleo Pombalino nos últimos anos. A segunda parte levanta questões fundamentais presentes na intervenção em património urbanístico e edificado e como se reflectem na sua identidade. A terceira e última parte expõe as linhas de intervenção do PPSNPVRSA e ilustra estudos para habitar a tipologia pombalina, sobretudo o lote da casa do pescador.



1. 3D de Santo António de Arenilha segundo o Plano de 1773, PPSNPVRSa



2. 3D do Núcleo Pombalino e envolvente no ano de 2003, PPSNPVRSa

1. VILA DE SANTO ANTÓNIO DE ARENILHA / VILA REAL DE SANTO ANTÓNIO

Quando em Outubro de 2003 iniciámos os trabalhos do PPSNPVRSA, constatámos que o Núcleo Pombalino já se encontrava “explorado” e questionado, quer a nível histórico quer formal, por uma série de personalidades que nos deixaram uma base fundamental para conhecer bem o nosso objecto de estudo.

O arquitecto Cabeça Padrão, elaborou um levantamento exaustivo na década de 70, com o objectivo de identificar os edifícios que considerava pombalinos, para uma posterior classificação patrimonial. O IPPAR é detentor da planta síntese desse trabalho, mas esta não se tornou um elemento conclusivo, estando as construções pombalinas de VRSA ainda em vias de classificação. A par com o levantamento e caracterização dos edifícios do Núcleo Pombalino, o arquitecto Cabeça Padrão enumerou caso a caso as diferentes medidas

a tomar na intervenção do edificado e redigiu um regulamento geral de apoio e justificação dessas essas medidas

A tese do Prof. Doutor José Eduardo Horta Correia, de 1984, faz um exaustivo apanhado de toda a história de VRSA. Base fundamental para o “reconhecimento do terreno”, que nos permitiu conhecer o caminho que esta vila tomou desde o *risco* até à construção global do Plano de 1773. O desenrolar de um enredo, nem sempre promissor.

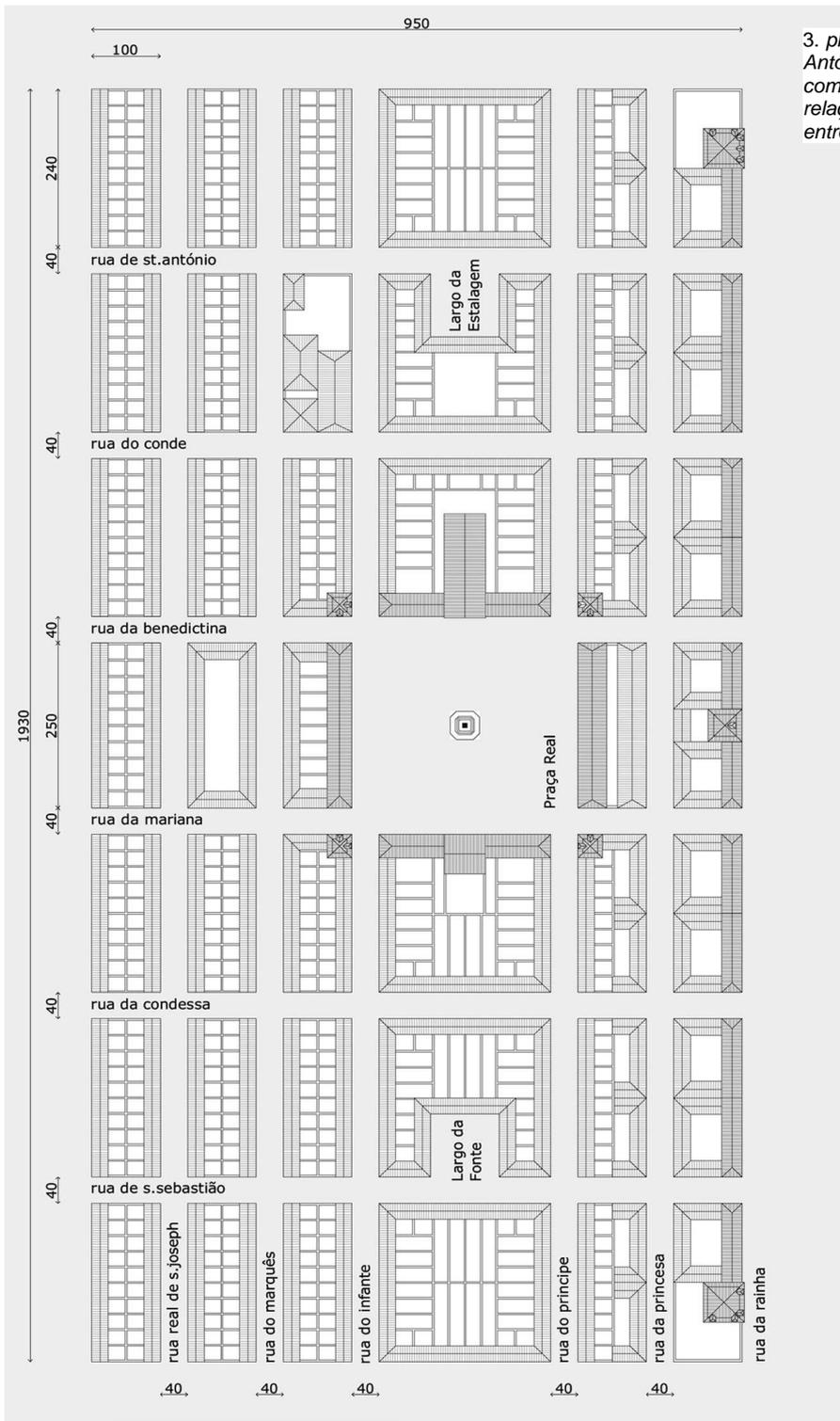
O arquitecto João Horta foi funcionário da Direcção Geral de Urbanismo da CMVRSA. Debruçou-se essencialmente no estudo da métrica e expôs publicamente as reflexões e conclusões desse estudo. Propôs um projecto-tipo para o lote habitacional no qual se basearam algumas intervenções do núcleo.

O arquitecto Rui Figueiras, assim como o arquitecto João Horta foi funcionário da Direcção Geral de Urbanismo da CMVRSA. Publicou em 1999, um livro intitulado “*Vila Pombalina. Vila Real de Santo António*” no qual expõe os seus estudos e reflexões acerca do plano original da construção da vila e da presente situação do Núcleo Pombalino. Este trabalho leva a que no mesmo ano apresente mapas de classificação e medidas preventivas para o núcleo. O arquitecto Rui Figueiras foi o autor da reabilitação do Torreão Sul que alberga hoje o Arquivo Histórico. Trabalhou ainda em dois projectos que acabaram por não sair do papel, um projecto-tipo para o lote habitacional do Núcleo Pombalino e um estudo prévio para substituir o actual edifício da Câmara Municipal.

1.1. 1773/2003

(O Plano da Vila de Santo António de Arenilha e sua leitura no ano 2003)

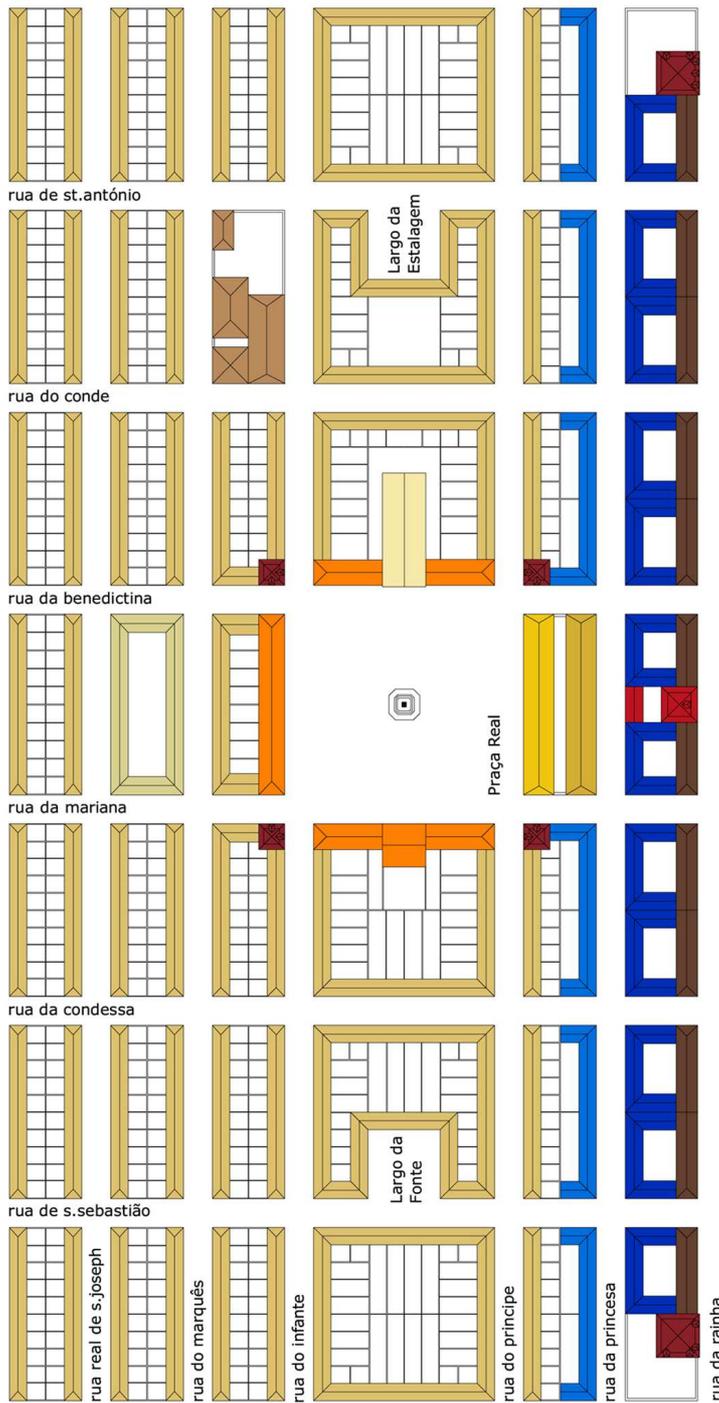
Durante o reinado de D. José I, o Algarve mereceu especial atenção do reino, principalmente por parte do seu ministro Marquês de Pombal, sendo por sua ordem lançados em 1773 os fundamentos da Vila de Santo António de Arenilha, a par da criação da Companhia Geral das Reais Pescarias do Algarve. Esta obra foi executada pelos arquitectos da Casa do Risco das Obras Públicas, cuja direcção era assegurada por Reinaldo Manuel dos Santos, homem formado em Mafra mas, desde cedo, integrado no projecto de reconstrução de Lisboa e do aqueduto das Águas Livres. Esta vila nasceu do desejo de criar uma povoação que suplantasse Ayamonte e que incutisse respeito aos espanhóis e estrangeiros que a visitassem, aliada à criação de uma fábrica



3. planta de Santo Antônio de Arenilha, com indicação da relação volumétrica entre edificado, autora

Rio Guadiana

4. planta da Vila de Santo António de Arenilha, com o respectivo zonamento funcional, PPSNPVRSa



40 100 palmos
(1 palmo – 22cm)

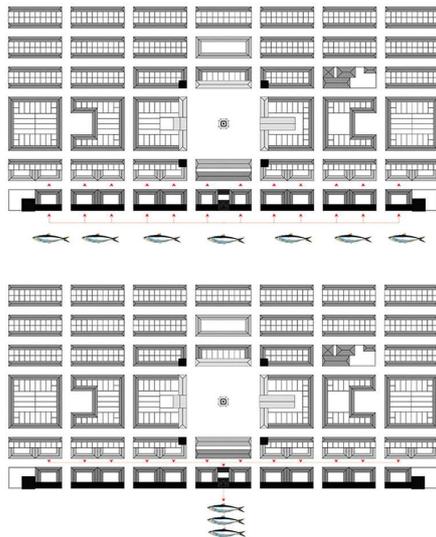


de salga de sardinha destinada a combater a concorrência espanhola que usufruía ilegalmente da zona de pesca portuguesa. Tendo a imponente fachada da Baixa-Mar virada a Espanha, a proximidade de matéria-prima e alguma população residente, tudo enunciava o desenvolvimento promissor dessa “unidade fabril”. Mas apesar do esforço para assegurar edificação suficiente para garantir o desenvolvimento da vila, estabeleceu-se um período de decadência e estagnação após a morte de D.José em 1777. Um viajante da época relatou o seguinte : *“Apesar da sua posição, não obstante a regularidade e a beleza com a qual foi construída, Vila Real não respondeu às esperanças do seu fundador, caiu em decadência, hoje é pouco populosa, triste, deserta, a erva cresce no meio da sua bela praça e das suas largas ruas”*². Um cenário que se alterou no séc. XIX, com a implementação de novas indústrias conserveiras.

O Plano Pombalino desenhou a cidade na sua totalidade. Toda ela foi definida programática, arquitectónica e construtivamente. VRSA, como alguns exemplos de cidades brasileiras foi construída com base na pré-fabricação, mas a vila inova pelo sistema modular (racionalização), uma vez que o mesmo elemento podia ser colocado em edifícios de diferentes escalas. A dimensão dos vãos foi determinada para que a sua guarnição cumprisse esse sistema modular. Elementos construtivos (a pedra, o gradeamento e caixilharia) e desenhos eram produzidos em Lisboa e transportados por barco até VRSA. A telha, o canço e a pedra para a alvenaria eram provenientes da região.

O plano desenhava um rectângulo de 1930 por 950 palmos de largura, implantado longitudinalmente ao rio Guadiana, rectângulo dividido por uma malha ortogonal, com uma praça interior ao centro. Uma ortogonal constituída por ruas de 40 palmos de perfil, não havendo uma hierarquia entre elas, e uma massa edificada concentrada maioritariamente em quarteirões de 240 por 100 palmos, havendo ainda quarteirões de implantação aproximadamente quadrada com 240 e 250 palmos de lado. Dois largos, um a Norte e outro a Sul da Praça Real, a Norte, Largo da Estalagem, recebe o programa da estalagem e a Sul é nomeado de Largo da Fonte. O quarteirão de 240 por 100 palmos é o mais repetido, e neste grupo dois destacam-se pelo seu programa e tipologia, são eles o Aquartelamento e a Fábrica de Assento. Os edifícios de dois pisos concentravam-se na linha da Baixa-Mar (as Sociedades) e na Praça Real (a Câmara, o Celeiro, a Casa da Guarda, a Igreja, casas

² BONNET, Charles; citado por: CORREIA, José Eduardo C. Horta - Vila Real de Santo António, Urbanismo e Poder na política Pombalina, FAUP publicações, Porto, 1997, pág. 42 texto: *“Malgré sa position, nonobstant la régularité et la beauté avec laquelle elle fut construite, Villa Real n’a pas répondu aux espérances de son fondateur, elle est tombée en décadence, aujourd’hui elle est peu peuplée, triste, déserte, l’herbe croît au milieu de sa belle place et de ces larges rues.”* (1850)



5. *esquema funcional da salga e venda do peixe,*

senhoriais e comércio). A Praça Real é limitada por quatro torreões nos cantos, e os edifícios que a delimitam conferem-lhe uniformidade. A fachada da Baixa-Mar era rematada nos extremos Norte e Sul por Torreões e ao centro encontrava-se a Alfândega. Associada a cada Sociedade estava a Salga, um edifício térreo com pátio que, como o próprio nome indica, era onde se salgava a sardinha e no edifício defronte a este armazenava-se o peixe após a salga. O restante edificado resumia-se essencialmente a habitação e a alguns edifícios de comércio disseminados pelo núcleo. O Plano incorporava além da área do núcleo a implantação de um cemitério na periferia, o primeiro cemitério nacional.

Erigir a vila pombalina teve regras que intensificaram toda a lógica que a envolve. A imagem foi desde sempre uma prioridade pombalina. Para a salvaguardar, os quarteirões foram divididos em dois e entregues a diferentes proprietários que tinham a obrigatoriedade de formalizar de imediato o seu perímetro, mesmo que não construíssem no seu interior. Foram assim erguidos muros brancos, rematados por beirado e com vãos executados segundo a métrica pré-estabelecida, podendo ser temporariamente entaipados a poente. O ritmo da fachada condicionava a divisão cadastral dos quarteirões. O quarteirão-tipo mais segmentado era o da habitação, em que os 240 palmos são divididos em dez partes iguais dando lugar a dez lotes de habitação que mais tarde se dividiam ao meio duplicando o número de lotes.

O Plano definia um esquema funcional que estava implícito nas diferentes tipologias. O peixe entrava nas Sociedades pelos portões centrais, era salgado nas Salgas e mais tarde levado para os Armazéns. Só quando solicitado era transportado até à Alfândega pela Rua

Desenhos elaborados na Casa do

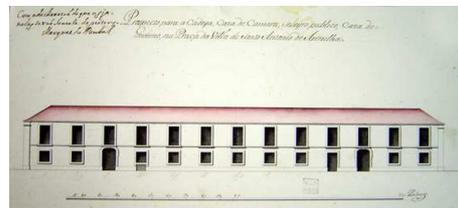
6. planta da nova vila com o nome das ruas e edificantes escritos por Marquês de Pombal e Reinaldo dos Santos, AMOP



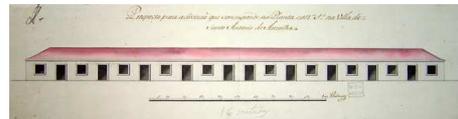
7. alçado da fachada Norte da Praça Real (Igreja, casas nobres), AMOP



8. alçado da fachada Este da Praça Real (Câmara), AMOP



9. alçado casas térreas, AMOP



da Princesa e aí comercializado. As diferentes tipologias pombalinas podem dividir-se em três grupos: as que ocupam a maior percentagem de área do núcleo – habitação, Sociedades e Salgas; um segundo grupo constituído pelos Torreões da Praça Real e da Baixa-Mar e por último as tipologias singulares – a Alfândega, a Câmara, a Casa da Guarda e a Igreja.

Pela descrição pormenorizada do Prof. Horta Correia e face à realidade, as características fundamentais do plano que aqui interessa ressaltar são:

1. A ideia de *espaço cénico* - havia uma prioridade dada ao perímetro construído dos quarteirões e à sua “máscara – fachada” para a rua.
2. O *efeito espelho* – cada fachada espelhava a que estava defronte, característica repetida em todo o núcleo com a excepção dos quarteirões dos Torreões da fachada da Baixa-Mar que indicavam o limite.

Alteração no edificado - imagens do início do séc. XX e sua correspondência um século depois



10 e 11. edifício no cruzamento da Rua Benedictina com a Rua Real S. Joseph, hoje Rua Dr. Teófilo Braga e Rua Almirante Cândido dos Reis



12 e 13. edifício no cruzamento da Rua de Santo António com a Rua do Infante, hoje Rua Dr Manuel de Arriaga e Rua de António Capa respectivamente,

3. A *relação volumétrica* – a volumetria do edificado denunciava uma hierarquia de espaços urbanos (Praça Real e Baixa-Mar face à restante vila) e o esquema funcional da vila.
4. O *zonamento funcional* – a Salga da “fábrica” de peixe resume-se à primeira linha de quarteirões a Este assim como a sede das companhias (Sociedades) e a do armazenamento à segunda linha. Nos quarteirões de volumetria térrea predomina a habitação com a excepção de dois, o Aquartelamento e a Fábrica do Assento.
5. A *unidade da Praça Real* – a praça é delineada por um quadrado e as quatro fachadas que a delimitam conferem-lhe unidade e coerência pela sua arquitectura, unidade reforçada pela presença de torreões nos quatro cantos.

As características do Plano de 1773 encontram-se hoje, pouco claras no Núcleo Pombalino. Não é claro o limite da área do Núcleo Pombalino. A relação volumétrica entre os edifícios de rés/chão com os de dois pisos perdeu-se quase na sua totalidade e os poucos exemplos que ainda prevalecem não têm presença suficiente para dar a conhecer esta particularidade do plano. Pelo núcleo estão disseminados um número significativo de edifícios com uma volumetria dissonante de três e quatro pisos. A métrica praticamente já não se repete e como a volumetria original já não está garantida, não se lê mais o “efeito espelho”. Outros factores que contribuem para a turva leitura do Plano são a descaracterização do espaço público e a alteração do zonamento funcional. Existe uma grande plataforma pedonal que abrange a zona da praça e a sua envolvente e se estende além do limite do Plano, até à zona circundante na direcção poente. Esta medida tomada pela Câmara Municipal no início

Alteração no edificado - imagens do início do séc. XX e sua correspondência um século depois

14 e 15. edifício no cruzamento da Rua do Príncipe com a Rua da Princesa, hoje Rua do Jornal do Algarve e Rua General Humberto Delgado respectivamente, PPSNPVRS A



16 e 17. Praça Real, hoje Praça Marquês de Pombal, PPSNPVRS A



de 2003 desvirtua o rectângulo original do Plano, além de reforçar um eixo comercial no sentido este-oeste, baseado essencialmente na venda de atalhados, uma característica da cidade. O Largo da Fonte e da Estalagem sofreram uma mutação formal e funcional, o seu perímetro foi reduzido, sendo agora espaços descaracterizados onde se acumulam via-turas e contentores de lixo.

A Praça Marquês de Pombal (Praça Real) manteve a sua geometria o mesmo não se pode afirmar em relação à origem dos edifícios que a delimitam. Em 1908 deflagrou um incêndio que destruiu o edifício da Câmara assim como o edifício a Este da Igreja, o que levou à construção de novos edifícios sem relação volumétrica ou métrica com os destruídos. Esta

atitude destruiu de vez uma característica fundamental da praça: a sua uniformidade. O Hotel Guadiana interfere no skyline da fachada virada para Ayamonte, dado que duplicou a volumetria do corpo da Sociedade que substituiu. A Câmara e o hotel são dois casos que se destacam pela substituição de edifícios pombalinos por novos edifícios, mas as razões que levaram a essa construção são distintas. A edificação do hotel implicou a demolição intencional da Sociedade enquanto que a actual Câmara e o edifício adjacente à Igreja foram edificados como consequência de uma catástrofe.

Em suma, o que permanece legível do plano pombalino, apesar de algumas transformações significativas, resume-se à fachada da Baixa-Mar, ao conjunto da Praça Marquês de Pombal e à pré-presença de algumas casas pombalinas disseminadas pelo núcleo.

volumetria original



substituição por um novo edifício



18 e 19. *Sociedade hoje hotel,*
PPSNPVRSA



20 e 21. *Salga hoje habitação,*
PPSNPVRSA

A actuação ao nível do lote tem uma repercussão imediata face ao quarteirão e ao núcleo. Não é possível salvaguardar lote a lote como unidades autónomas. É necessário entender a cidade como edifício, como unidade. As características do plano pombalino condicionam muito a organização do espaço mas podem tornar-se ferramentas impulsionadoras da intervenção.

1. A regularidade do *cadastro* foi em muitos casos alterada mas felizmente não o suficiente para deturpar a legibilidade do plano de 1773. Ao intervir é fundamental não perder esse registo para que o espaço interno “espelhe” a tipologia do edifício. Agregar lotes com o objectivo de aumentar a área útil fomenta a possibilidade de perda de identidade de cada lote se não for salvaguardado o cadastro.
2. A *métrica* é um dos itens que poderia parecer mais simples de se implementar, tudo estava estudado, a proporção de vãos, a relação de cheios/vazios, os materiais e a distância entre vãos, mas de facto é um dos mais complicados. O que os desenhos do plano original ditam é um ponto de partida, os valores, as proporções, mas houve uma discrepância entre esses valores ideais e quando de facto os edifícios foram construídos. Foi respeitada a proporção dos vãos (garantida pela pré-fabricação das guarnições em pedra) mas nem sempre a distância entre eles (nembo). Ao transpor as medidas de implantação dos quarteirões do desenho para o solo é difícil conseguir o rigor pretendido. É preciso distinguir o que é de origem e o que foi mais tarde adicionado para assim poder salvaguardar e dar continuidade a pequenos tramos de fachadas contínuas originais que ainda persistem na vila.

volumetria original

substituição por um novo

22 e 23. Armazém hoje habitação,
PPSNPVRSA



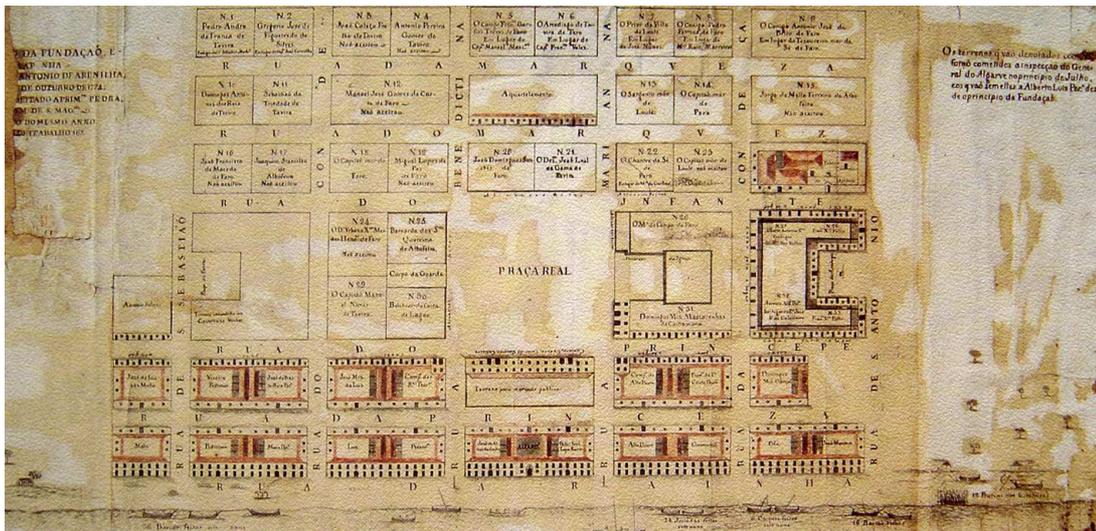
24 e 25. Casa Térrea hoje habitação,
PPSNPVRSA



3. A *volumetria* é uma característica enriquecedora do plano e a mais difícil de preservar. O aumento de volumetria foi bastante significativo e apesar do perfil da rua o permitir sem pôr em causa a salubridade, perde-se a relação volumétrica do plano de 1773, fulcral para a sua leitura. Para se aproximar dessa volumetria há necessariamente uma significativa perda de área, uma medida deste tipo torna-se complicada de gerir pois as pessoas foram-se apropriando do espaço, legal ou ilegalmente, aumentaram a sua área útil e não abdicam desse aumento pois isso comprometeria a sua comodidade habitacional.

4. A *materialidade* do edificado é fundamental na leitura da fachada. Os materiais para a construção podem ser distinguidos em dois grupos: a Lioz e os gradeamentos, peças pré-fabricadas provenientes de Lisboa e o caniço algarvio, madeira para portadas e a telha de Santa Catarina provenientes da região. A Lioz ainda está muito presente na vila, não só nas ruínas e nos edifícios que continuam operacionais mas também em reabilitações que apesar de pouco exemplares houve a sensatez de a salvaguardar.

O risco Pombalino está a desaparecer, dia após dia, em cada acção irreflectida naquele núcleo. VRSA precisa de um rumo, caso contrário caminha para a degradação de todo e qualquer valor arquitectónico e patrimonial que ainda preserva.



26. desenho-relatório de José Sande Vasconcelos a Outubro de 1774, ACMVRS

1.2. VRSA, PATRIMÓNIO URBANÍSTICO

Construir uma cidade sem que haja um assentamento humano prévio, ou seja a partir do nada tem sempre como ponto de partida uma decisão política. A razão que leva a tal decisão pode ser: a definição de uma fronteira, a colonização de um território, a criação de uma nova capital, entre outras. Vila de Santo António de Arenilha “nasce” de um conjunto de desejos do Marquês de Pombal: desenvolver a região, demonstrar determinação e poder perante Espanha, garantir a nossa zona de pesca e criar uma “fábrica” de peixe como base da economia da nova vila. “ (...) além das praças de guerra fronteiriças e das bases navais tão comuns durante a Idade Moderna — sempre fundações urbanas com fins militares — pelo que sabemos é a primeira fundação urbana criada para desempenhar uma função económica específica (...)”³

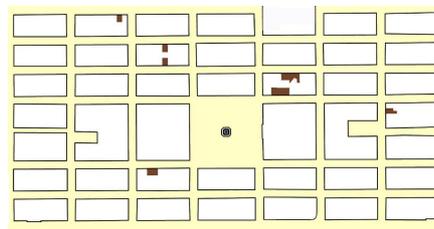
A cidade de fundação é um marco estratégico de marcação de território e o melhor exemplo são as cidades coloniais, cidades planeadas, por norma com grande rigor geométrico assentes em malhas ortogonais e definidas pelo quarteirão tipo mas sem arquitectura e zonamento funcional pré-definidos, não sendo entendidas como obras acabadas. Vila de Santo António de Arenilha foi projectada como um sistema urbano fechado e reúne uma série de características que a rotulam de exemplo único na história do urbanismo. “ (...) o que diferencia Vila Real de Santo António dos planos de conversão de reduções indígenas em vilas no Brasil é a sua materialização urbanístico-arquitectónica. Enquanto que as

³ ROSSA, Water – Dissertação, *Ante-Plano de Pormenor e Salvaguarda do Núcleo Pombalino de Vila Real de Santo António*, pág.6

Arquitecto João Horta



27. edifício sito no quarteirão 25, PPSNPVRSa



28. edifícios com características pombalinas de piso recuado segundo projecto-tipo de Arq.to João Horta, PPSNPVRSa

*plantas das vilas brasileiras eram planos-directores para o futuro, Vila Real de Santo António era uma obra de arquitectura e urbanismo iluminista acabada.*⁴ Nenhuma outra cidade foi tão pormenorizadamente definida. A que talvez se aproxime mais é a Salina de Chaux, mas esta não tem escala urbana que torne viável compará-la com VRSA. Este é um caso particular do património urbanístico, único no contexto europeu, como foi “sublinhado” nas Jornadas do Ante-Plano em Junho de 2004 pelo Prof. Doutor Paulo Ormindo de Azevedo, Prof. Doutora Renata Araújo, Prof. Doutora Donatella Calabi, e Prof. Doutor José Eduardo Horta Correia.

1.3. PROPOSTAS E INTERVENÇÕES

Alguns edifícios no núcleo destacam-se por motivos diferentes, por exemplo: o edifício da Câmara, construído na segunda década do séc. XX, quebra a uniformidade do edificado da praça; o Hotel Guadiana deturpa a leitura da fachada da Baixa-Mar, os edifícios do Centro Cultural e da Guarda Nacional Republicana apesar de isentos de qualquer característica pombalina ocupam o quarteirão do Aquartelamento e da Casa de Assento, respectivamente, garantindo a memória da particularidade desses dois quarteirões de possuírem um único uso, não dividindo os 240 por 100 palmos em vários lotes.

⁴ AZEVEDO, Paulo Ormindo – *Vila Real de Santo António: Preservação e Desenvolvimento*, comunicação das Jornadas do Ante-Plano de Pormenor de Salvaguarda do Núcleo Pombalino, Vila Real de Santo António, Junho, 2004, pág.2

Arquitecto Rui Figueiras



29. *maquete do projecto-tipo*, ACMVRSA



30. *maquete do projecto-tipo*, ACMVRSA

Até ao momento presente, dois arquitectos propuseram um projecto-tipo para os lotes de programa habitacional. O primeiro a fazê-lo foi João Horta em 1992. O projecto propunha o aumento de área útil pela adição de um piso recuado. O piso térreo permanecia pombalino, na tentativa de retomar a escala original da rua e ao mesmo tempo dar resposta aos anseios de aumento de área de construção. Foram construídos até à data presente sete edifícios do Núcleo Pombalino com base neste projecto-tipo. Ainda do mesmo ano, data do P.D.M. da responsabilidade do arquitecto Manuel Salgado que estabelece medidas restritivas para qualquer intervenção dentro do Núcleo Pombalino. Em 1998 o arquitecto Rui Figueiras propõe também um projecto-tipo para o lote habitacional consistindo no aumento de um piso duplicando assim a área inicial. O piso térreo permanece pombalino, como na proposta de João Horta, mas o piso superior tem uma imagem contemporânea, de contraste com a pombalina.

Apesar de ambas as propostas para o lote habitacional terem assumido a unidade do quarteirão e do plano, tanto os arquitectos João Horta como Rui Figueiras não conduziram o seu trabalho de forma a protegerem-na. Na minha opinião o cerne da questão não está em procurar a melhor forma de aumentar área, mas se se deve aumentar ou não. Claro que negando o aumento da volumetria dificulta-se a apropriação do espaço pois diminui a área útil mas isso não elimina a possibilidade de o viver condignamente. O que se ganha no aumento da área útil não justifica de forma alguma o impacto que tem o consequente aumento de volumetria no Núcleo Pombalino.

2. SALVAGUARDAR AO TRANSFORMAR.

A intervenção contemporânea deve resgatar o carácter do edifício ou do conjunto, sublinhando a sua autenticidade, sem se deixar envolver em arbitrariedades. A cidade histórica, os seus monumentos e ambiente característico deve coexistir com as necessidades da cidade contemporânea para não cair no erro de *embalsamar* uma zona da cidade ou então negar-lhe qualquer tipo de salvaguarda. É fulcral acreditar na vivência contemporânea desses espaços, na aposta da qualidade de vida retirando todas as vantagens desse lugar sem sugar a sua essência mas sim retribuindo para a sua revitalização. Intervir respeitando o legado que nos é entregue, só assim se salvaguarda ao transformar.

2.1. AFIRMAÇÃO

Hoje, mais do que nunca, as cidades não se limitam somente ao contexto nacional em que estão inseridas. A globalização lançou um novo desafio. É-lhes dado o incentivo a competirem globalmente por recursos que lhe condicionam o seu grau de competitividade, a sua afirmação no exterior e as condições que podem oferecer aos seus residentes. O sucesso deste “salto” internacional depende de muitos factores, entre os quais, a divulgação da cidade, que tem de assentar acima de tudo, na sua cultura e no sentido do lugar, ou seja na sua identidade. Esta necessidade de afirmação e busca de identidade não foi, nem é tomada em todos os casos da melhor forma. Por exemplo, muitas cidades não permanecem fiéis ao que são e ao que realmente as caracteriza, e adquirem um modelo traçando o seu percurso segundo as características de uma cidade que lhes é alheia. Nega-se dessa forma a singularidade, a especificidade local, inerente em qualquer lugar e caminha-se para a banalização. A sociedade moderna tem uma forte carga homogénea e globalizante e infelizmente no rápido processo de transformação do mundo moderno assistimos, quotidianamente, a essa perda ou profunda dilaceração da identidade urbana. No passado, a cidade tinha características mais específicas, mais relacionadas com o *genius loci*, com a sociedade, as suas tradições e costumes e isso deve-se principalmente ao desenvolvimento dos meios de comunicação e transporte, que nos permitem receber e transmitir informação e deslocarmo-nos de forma mais abrangente e rápida.

A cidade é o palco por excelência da convivência humana, de práticas culturais, políticas, sociais, etc., e aí reflecte-se o que se valoriza, tanto o presente como o passado, tanto a economia como a expressão política e cultural. Todos estes elementos funcionam, por igual, como potenciais recursos de formulação da identidade e da imagem da cidade. Os indivíduos procuram no passado e na memória colectiva bases para a sustentação da sua identidade urbana. O património construído é ao longo de décadas alvo de olhares, críticas, contemplações, intervenções, tudo faz parte de um processo histórico que lhe confere riqueza de significado e identidade. Quando algo não é submetido a esse *crivo* do tempo, a relação de identificação com o homem não é tão intensa. O património é assim, a base da economia urbana de muitas cidades, e este juntamente com o passado e a memória da cidade assumem-se como elementos fulcrais na articulação de imagens como estratégia promocional da cidade.

O património cultural é uma agregação complexa de múltiplos elementos tanto tangíveis quanto intangíveis. O património cultural intangível refere-se a valores, a tradições e a lugares de memória, elementos essenciais para nos mantermos em contacto com aquilo

que somos e fomos e que nos pertence. Os edifícios e lugares, com uma relação mais intensa e corpórea com o passado, são objectos materiais portadores de um testemunho apreendido e aceite pela comunidade. Ao património cultural atribui-se a capacidade de evocar o passado e, desse modo, estabelecer uma ligação entre passado, o presente e o futuro, é acima de tudo uma narrativa, que nos conduz à viagem no tempo e assenta sobretudo na memória.

2.2 IDENTIDADE URBANA E MEMÓRIA

“O património cultural é a cristalização da memória”⁵. O património cultural é o veículo da memória, pelo qual esta se transmite e se projecta no futuro. A memória é uma base fundamental na preservação e transmissão de valores da identidade nacional através do património cultural. Os valores de identidade incorporam os valores da idade, as relações com as tradições, com as memórias e as lendas, com as simbologias de âmbito político-religioso. A população que habita a aldeia, a cidade ou a metrópole, interage com o lugar identificando-se ou não com ele, é dessa relação amor-ódio em conjunto com a “materialidade”, a massa do lugar que nasce a identidade. A identidade enriquece-se através da capacidade das pessoas e das comunidades lidarem com o dualismo entre tradição e mudança e transmissão e inovação, e é reconhecível através das marcas da intervenção da sociedade, ao longo do tempo, no espaço construído. As vocações e capacidades da cidade mudam, evoluem, de melhor ou pior forma, e com ela muda a identidade. Respeitar a identidade urbana de um lugar é manter as especificidades que deram corpo a toda a vivência desse lugar, pois a ela está associado um processo de reconhecimento por parte da comunidade local no confronto com outros lugares, e a ideia de pertencer e participar em algo que é comum a um grupo com o qual me identifico.

A identidade urbana é fortemente transmitida por formas e elementos físicos que definem a especificidade da sua arquitectura. Para determinadas cidades a área do núcleo histórico, como depósito de memória colectiva e histórica é a base para a sua identidade, enquanto que para outras pode ser outro factor que ganhe relevo na sua imagem e reforce essa mesma identidade. Por exemplo, em muitos casos o suporte geográfico e o modo como a cidade está implantada sustentam uma referência para a identidade da cidade como é, por exemplo, o caso de Veneza ou do Rio de Janeiro.

“Num mundo que se encontra cada dia mais submetido às forças da globalização e da homogeneização, e onde a busca de uma identidade cultural é, algumas vezes, perseguida

⁵ BARROS, Luís Aires – *Património Cultural, novos enfoques e paradigmas*, pág.25

*através da afirmação de um nacionalismo agressivo e da supressão da cultura das minorias, a principal contribuição fornecida pela consideração do valor de autenticidade na prática da conservação é clarificar e iluminar a memória colectiva da humanidade.*⁶ O património cultural é uma espécie de arquivo da identidade de um lugar, de um país e acaba por pertencer ao conjunto que identifica a própria humanidade.

A autenticidade do património cultural é identificada quando uma sociedade é dotada de uma identidade, carácter e memória. O autêntico associado à ideia de singular e permanente, é identificado com o original e o inautêntico, reproduzível e transitório, é identificado com a cópia. O objecto reproduzido não guarda qualquer relação orgânica e real com um passado pessoal ou colectivo. A questão da autenticidade, está associada ao sentido de pertença, aos usos, às actividades e à produção que dá vida, tudo o que envolve a vivência e manutenção do lugar.

Na discussão em Nara, no ano de 1994, sobre autenticidade em relação a convenção do Património Mundial, discutiu-se a forma de “olhar” para os problemas do significado e uso do patri-mónio edificado. O que se salientou no Documento que se redigiu a partir deste encontro foi: a autenticidade como elemento específico de cada lugar, privilegiando a diversidade cultural, que é “uma insubstituível fonte de informações a respeito da riqueza espiritual e intelectual da humanidade”⁷; a autenticidade como instrumento base para conduzir intervenções, estudos, investigações “O entendimento da autenticidade é papel fundamental dos estudos científicos do património cultural, nos planos de conservação e restauração”⁸; considerar a autenticidade como estando sempre dependente das distintas realidades das diferentes culturas, o que é genuíno e autêntico para uma cultura não o é necessariamente para outra, “ (...) não sendo, portanto, possível basear os julgamentos de valor e autenticidade em critérios fixos.”⁹; o valor da autenticidade de um património deve ser julgado com base em diversos aspectos e elementos, os quais são: “ (...) forma e desenho, materiais e substância, uso e função, tradições e técnicas, localização e espaço, espírito e sentimento, e outros factores internos e externos.”¹⁰

⁶ UNESCO, ICCROM e ICOMOS - *The Nara Document on Authenticity*, preâmbulo, ponto 4, texto: *In a world that is increasingly subject to the forces of globalization and homogenization, and in a world in which the search for cultural identity is sometimes pursued through aggressive nationalism and the suppression of the cultures of minorities, the essential contribution made by the consideration of authenticity in conservation practice is to clarify and illuminate the collective.*

⁷ *ibidem*, ponto 5, texto: *(...) is an irreplaceable source of spiritual and intellectual richness for all humankind.*

⁸ *ibidem*, ponto 10, texto: *The understanding of authenticity plays a fundamental role in all scientific studies of the cultural heritage, in conservation and restoration planning (...)*

⁹ *ibidem*, ponto 11, texto: *It is thus not possible to base judgements of values and authenticity within fixed criteria.*

¹⁰ *ibidem*, ponto 13, texto original: *(...)form and design, materials and substance, use and function, traditions and techniques, location and setting, and spirit and feeling, and other internal and external factors.*

2.2. CONSUMO

Nas últimas décadas a cidade começou a ser redescoberta com fins turísticos e recreativos. Cresceu o interesse pela cultura à medida que se tornou um factor económico de grande peso. “O comércio vive por um lado do efeito cénico e estilizado do espaço em que se processa. Os serviços e administração pública procuram também promover-se a partir do património localizando-se num espaço donde procuram extrair uma imagem de antiguidade, tradição e até de uma certa monumentalidade.”¹¹

O *pack* “história, passado e património” é um dos produtos mais “consumidos” pelo turista. E como tal a preservação do património deixa de seguir tanto uma lógica de transmissão para se basear essencialmente numa lógica de produção, permitindo em muitos casos emergir um novo campo económico, um novo campo político e um novo campo cultural. A base não pode deixar nunca de ser o património e o respeito pela sua identidade, caso contrário há o risco de se perder a sua autenticidade. O argumento político mais convincente em favor da conservação do património é o seu potencial económico, assegurado pela significativa afluência turística. A atracção turística não pode ser excessiva correndo o risco de se tornar a actividade dominante em detrimento da manutenção da vida quotidiana, isso pode conduzir a duas situações. Lugares “habitados” dois a três meses e abandonados o restante ano e o abandono de edifícios em centros antigos devido ao excessivo movimento diurno e ao barulho à noite. É desta forma fundamental garantir que o turismo patrimonial, se mantenha como actividade anexa integrada numa política activa da cidade que conserva e valoriza o património. Esta nova política económica, o consumo do passado, levou a que as cidades traçassem um objectivo claro, o de recuperar centros históricos de forma a se afirmarem como zona da atracção turística. Ou seja, o património cultural assume duas facetas, uma como sustentador da identidade urbana e outra como base de uma nova economia urbana. A preservação do património passa acima de tudo por negar um passado imóvel e assumir-se como processo dinâmico, que enraizado no presente, reconstrói, selecciona e interpreta o seu legado.

O culto pelo património leva ao desenvolvimento de uma “indústria patrimonial profundamente consumista que além das vantagens económicas também apresenta profundas perversões.”¹² As medidas-chave que a intervenção na cidade existente deve seguir são: a reestruturação ou revitalização funcional, a recuperação e reabilitação

¹¹ PEIXOTO, Paulo – *Imagens e usos do património urbano no contexto da globalização*, Tese de mestrado em Sociologia pela Faculdade de Economia da Universidade de Coimbra, Coimbra, 1997, pág.25

¹² AGUIAR, José – *Cor e Cidade Histórica*, Edições FAUP, Porto, 2002, pág.129

arquitectónica de edifícios e espaço público e a reapropriação social e cultural. Mas “infelizmente o sucesso dos centros históricos pode tornar-se o germe da sua própria autodestruição identitária”¹³ e isso está bem patente em situações claras em determinados locais como: na redução funcional e do espaço das cidades históricas, nas vagas gigantescas de turistas em determinadas fases do dia e a completa ausência no restante tempo, na forma como o turista “invade” o espaço do próprio habitante da cidade, na aderência a espectáculos exteriores que abafam e retiram espaço à expressão de rios culturais locais, na invasão de cadeias alimentares de fast-food e outras funções comerciais que muitas vezes negam a natureza tipológica do edificado, na proliferação do “produto típico”, entre outros. Uma outra situação que levanta diversos problemas é a “museificação em formol” dos centros históricos, como é o caso de Colonial Williamsburg.

“Nas sociedades ocidentais, a relação com a memória e a identidade é física, visual.”¹⁴ Estamos perante uma cultura da imagem, da forma e do presente mediático que exige um património vivo. A necessidade de recorrer à imagem, e de tornar o património mais próximo e mais vivo leva alguns casos a extremos como é o caso de Colonial Williamsburg nos Estados Unidos. Datada do século XVIII (1775), entrou em decadência no séc. XIX e assim permaneceu até à segunda metade do séc. XX quando foi redescoberta e totalmente reconstruída. Esse trabalho de reconstrução tinha como objectivo refazer a cidade tal qual ela supostamente teria sido, urbanística e arquitectonicamente, nas duas últimas décadas do séc. XVIII, e para isso foi necessário destruir o que tinha sido construído ao longo do séc. XIX e inícios do séc. XX. Hoje Colonial Williamsburg é um cenário a três dimensões onde circulam personagens do séc. XVIII que vestem trajes da época, realizam actividades económicas e sociais daquele período e falam o inglês tal como era supostamente falado naquele século, movimentam-se com naturalidade e fingem ignorar a presença dos turistas. Atrevo-me a dizer que poderá ser uma representação plástica de um passado, que quem sabe, poderá nunca ter existido, sem sons nem cheiros, sem vivência.

Colonial Williamsburg é considerado um modelo, positivo ou negativo, segundo o ponto de vista de quem reflecte e pondera sobre a sua realidade. Defendida como autêntica pelos seus ideólogos, mas apontada como uma espécie de *Disneylândia* por muitos

¹³ *ibidem*, pág.129

¹⁴ ENCONTRO (II) NACIONAL DE HISTÓRIA DA ARQUITECTURA, *Ideologias do Património e Intervenção Arquitectónica*, relatório, Coimbra, Departamento de Arquitectura da Faculdade de Ciências e Tecnologia da Universidade de Coimbra, Coimbra, 1994, pág.7



30. Rua de Colonial Williamsburg

preservacionistas. Apesar de na sua base estarem vincadas a identidade e memória nacional esta cidade está de facto associada à ideia de artificialidade e *inautenticidade*.

Um possível defensor de Colonial Williamsburg seria o arquitecto Viollet-Le-Duc, um pioneiro da preservação histórica no início do séc.XIX. O seu trabalho assentava numa forma muito clara de preservar o património, um edifício deveria ser reconstruído integralmente (se necessário) até atingir fielmente as suas características originais, eliminando todos os elementos adicionados posteriormente. John Ruskin pelo contrário, defenderia a *inautenticidade* de Colonial Williamsburg. Para este arquitecto um edifício é um testemunho da passagem do tempo e como tal, não se deve ser *depurado* mas sim manter-se da melhor forma possível tal qual como foi herdado do passado.

“A «autenticidade encenada» é o produto das relações sociais construídas em torno das tentativas dos visitantes para consumir visualmente lugares e gentes «autênticos», por um lado, e das formas de resistência a tais tentativas por parte dos «autóctones loucos», por outro lado.”¹⁵ Em Colonial Williamsburg é sempre 1775, o passado é um tempo que se repete indefinidamente. Os prédios, objectos e personagens não parecem vir de nenhum passado mas de um eterno presente.

¹⁵ URRY, John; CRAWSHAW, Carol - *Turismo e Consumo Visual*, Londres, Routledge, 1997, pág. 54



31. *Ícones*, autora

2.4. ÍCONE

“ (...) nunca, como hoje se assistiu a uma tão prolifera “espacialização” da cultura, ao nível urbano e arquitectónico, expressa através de investimentos culturais, de diversa escala, na reestruturação de áreas urbanas degradadas, na revitalização de edifícios e programas obsoletos, na “invenção” de eventos sazonais ou na “imposição” de novas arquitecturas-ícone; afinal todos os artifícios contam desde que sirvam para recuperar a “auto-estima” das cidades e dos seus habitantes”.¹⁶

Cada vez mais, a identidade é um factor fundamental para a vivência de um lugar e para a sua divulgação. Todo o lugar necessita de um rótulo, de um ícone, para o seu desenvolvimento e reconhecimento, para ser marcado no mapa. Bilbao tem o museu Guggenheim, Paris a Torre Eiffel, o Porto a Casa da Música, Lisboa a Baixa Pombalina. Tal como Lisboa, VRSA não necessita de um objecto novo, contemporâneo, que sublinhe o contraste com o património para criar um novo dinamismo e assumir-se como imagem de cartão de visita. O Núcleo Pombalino é no seu conjunto o ícone de VRSA. Mas tem de se intervir para o dar a conhecer, tirá-lo da sombra de todos estes anos de falta de regulamentação e conseqüente desvalorização. O objecto-ícone assume-se como *logótipo* de determinado contexto urbano, e é o ponto de partida para dar a conhecer a identidade patente nesse contexto.

¹⁶ Nuno Grande - *Entre os ícones e laboratórios culturais*, in Newsletter 08, Lisboa, Outubro, 2003, pág. 2

2.5. INTERVIR

Intervir no património construído é um processo complexo em que cada actuação é singular pois vive de um passado, de uma memória e de uma identidade específicas. A sua preservação é uma componente indispensável no desenvolvimento das populações, uma chave fundamental para a organização da cidade e a planificação do seu futuro. A cidade é pensada como a justaposição e configuração histórica de partes que afectam um todo urbano sem que isso signifique perda da sua condição relativamente autónoma de heterogeneidade.

O património arquitectónico é representativo da existência do Homem, e como tal foi preciso ultrapassar o conceito inicial de ser considerados como entidades intocáveis, sacralizadas pelo tempo e pelo Homem. Os monumentos são organismos vivos, aptos como no passado, a adaptarem-se a novas exigências e dispostos a enriquecer e a actualizar a sua história aceitando e incluindo os valores do presente. A história transforma-se num instrumento de análise e crítica assim como um fenómeno activo que integra e renova as suas leituras. O património construído é susceptível de ser transformado e capaz de responder e representar, através da leitura crítica da sua história, os valores e marcas do tempo presente. A intervenção é um processo de integração dos valores e sensibilidades do presente com os do passado. É um processo simultâneo de análise e crítica.

A renovação urbana impõe-se ciclicamente pois a vida das construções é limitada por duas razões distintas: por um lado a natureza funcional original vai sofrendo alterações ao longo dos tempos, readaptando-se e, por outro, a estrutura física tem duração limitada, degradando-se e obrigando a obras regulares de conservação. Se construir bem já não é fácil, reabilitar a sério ainda o é menos. Reabilitar construções existentes é muito mais complicado do que construir a partir do zero, grande parte do nosso edificado é bastante antigo, e foi construído por técnicas, entretanto, abandonadas. É essencial estudar a possibilidade de diferentes combinações de materiais e técnicas, tradicionais e inovadoras, dado que, algumas delas deixaram de ser conhecidas e tecnicamente dominadas, ao mesmo tempo que se tornaram por vezes, incompatíveis com as novas formas e ritmos de construção, revelando-se inadequadas às exigências de hoje.

Intervir equivale desta forma a actuar conscientemente sobre o objecto arquitectónico ou sobre o processo dinâmico da cidade. Deve-se por isso garantir uma estabilidade da sua forma, necessária para que se prolongue a identidade da mesma, transferindo para o futuro

o que se vem construindo ao longo dos tempos com a convicção de que alterar os lugares só se justifica se os tornarmos mais adequados à vida contemporânea.

A reabilitação não é uma arquitectura de laboratório, tem como base pontos fundamentais como qualquer tipo de projecto. Baseia-se no reconhecimento e na análise das preexistências e a sua relação com a cidade, no estudo do programa de usos, na definição do projecto e na execução da obra. Para cada intervenção e segundo diferentes níveis interpretativos, as estratégias operam segundo uma intensidade variável, onde variam noções como continuidade ou modificação. “De facto, a questão da intervenção em edifícios antigos só se pôs como problema cultural a partir da segunda metade do séc. XVIII; ou seja, foi rigorosamente contemporânea da noção de património histórico. Todas as hipóteses de intervenção se puseram desde o início: introduzir o novo no velho; não tocar no velho (ideia característica do romantismo); reconstruir o velho de acordo com a arqueologia e a história; *recriar* o velho (período do ecletismo, vindo já do séc. XVIII).”¹⁷ Desde a procura de uma linguagem similar, onde o novo se adapta ao existente, até à afirmação da diferença, impondo-se o novo sobre o existente, há vários caminhos e escolhas a seguir e a adoptar.

Reabilitar um edifício ou determinado núcleo histórico não obriga a cumprir uma série de itens pré-estabelecidos, porque de facto, por muito que sejam debatidos, não podem ser absorvidos de forma tão pragmática. A atitude a tomar depende do autor e do contexto a intervir. A minha posição passa por assumir a inovação e o recurso a materiais e tecnologias diferentes das tradicionais, sempre consciente que este desafio requer experiência e sensibilidade, de forma a contribuir para uma resposta equilibrada. Ao intervir num edifício de elevado interesse histórico há que estar “consciente” de que vamos sobrepor e acrescentar mais dados à “história do edifício”. Não podemos deixar de ser contemporâneos e isso significa saber questionar o pré-existente e o seu contexto e basear a intervenção na interpretação do legado que o edifício ou conjunto urbano nos deixou. Acredito, que não há, uma forma correcta de intervir seja num edifício singular ou num conjunto urbano, que se possa generalizar! Cada contexto é distinto, o que é válido para um pode ser uma negação para outro.

A reabilitação devolve a utilidade social ao edifício do passado mas não se trata de um processo simples, trabalhar no passado torna fundamental a questão da temporalidade. A temporalidade não confere beleza ao monumento mas sim significado. É o instrumento sem

¹⁷ ENCONTRO (II) NACIONAL DE HISTÓRIA DA ARQUITECTURA – *Ideologias do Património e Intervenção Arquitectónica*, pág.8

o qual não poderia escrever a sua história. A opção de reabilitar um edifício antigo faz sentido quando se quer preservar marcas, signos e símbolos de um tempo anterior. Os argumentos para não se apoiar uma reabilitação são muitas vezes facilmente aceites pelo seu peso económico e funcional. A estrutura de um edifício antigo foi pensada em tempos para um determinado uso de outra sociedade e a sua reabilitação no sentido de um uso ideal é muitas vezes menos aceitável económica e funcionalmente do que a construção de um edifício novo. O tempo transforma, dá um carácter de nobreza particular às coisas antigas porque revela a preocupação humana de permanência face ao desafio de erosão da idade, mas também é destruidor, podendo chegar a aniquilar a vontade criadora original, possuidora de significados e interpretações e apagar de vez a sua essência. Mas por um edifício ter determinada idade e em evidência as marcas do tempo não possui, de imediato um direito de permanência vitalício. Há que entender qual a sua importância no contexto que o envolve, no legado que transporta de forma a definir se se deve preservar ou não.

2.6. PRESERVAR O “LUGAR”

“Um lugar representa uma parte de veracidade (a dimensão existencial) que se conjuga com a arquitectura que é a manifestação concreta do habitar próprio do homem, e por sua vez, a identidade do homem depende da apropriação do lugar.”¹⁸

Para preservar o “lugar”, resolvendo o problema da sua reabilitação, morfologia e consequentemente dos edifícios e do espaço urbano em que se inserem, é necessário que se mantenham as vivências funcionais, identitárias e relacionais do espaço. O espaço urbano é o palco da fusão das permanências e das diferenças que constroem a especificidade de um carácter local, fornecendo-lhe a sua identidade.

Um lugar permite integrar um indivíduo numa comunidade e esta através das formas da cidade que vai construindo no tempo projecta uma imagem de si mesma para o exterior. O poder de afirmação dessa identidade é tanto mais forte e clara quanto mais consistente for a interacção entre cidadãos e o seu lugar de enraizamento. A fisionomia e particularidades de determinado local marcam a sua especificidade e reconhecimento face a outros, enaltecendo a sua identidade. No respeito pelo lugar e consequentemente pela identidade urbana, há uma apropriação total do espaço por parte dos seus habitantes. Esse espaço é

¹⁸ NORBERG-SCHULZ, Christian, *Genius Loci*, Editorale Electa , Milano, 1996



hoje

32. venda de toalhadós, PPSNPVRSÁ



no passado

33. transporte de atum, ACMVRSÁ

realmente *habitado*. Quando isso não acontece, deixa de haver um sentido de pertença e identificação com o lugar. Os conceitos de conservação, reabilitação, recuperação e restauro não podem ter como propósito manter uma imagem imutável da cidade histórica, mas sim uma modificação controlada que permita a evolução sem aniquilar a essência do sítio.

“Hoje, como então, pequenos comerciantes e famílias inteiras espanholas cruzam o rio, não mais para contrabandear sardinha e acampar em suas areias, senão para comprar tecidos e confecções, provar novos sabores, bebericar um Porto, ouvir um fado ou, simplesmente, banhar-se nas praias de Monte Gordo.”¹⁹

2.7. ESPAÇO PÚBLICO

O espaço público é o palco por excelência das actividades da comunidade. O espaço público tem uma importância identitária acrescida, é neles que se manifesta a imagem que é percebida pelos que visitam o lugar, é o palco da criação de uma identidade colectiva, é nele que se reforça essa identidade ou que se desvanece. A análise do espaço público é viável pela presença das fachadas ou de outros elementos que o delimitam formalmente, não faz sentido definir espaço urbano sem edificado.

¹⁹ AZEVEDO, Paulo Ormindo de – *Vila Real de Santo António, Preservação e Desenvolvimento*, pág. 7



34. perfil de rua pombalina com volumetria de casas térreas, autora

As relações entre vida social e espaços urbanos ou arquitectónicos alteraram-se radicalmente. O espaço urbano alterou-se, perdeu a sua coerência nata, negando a relação que tinha com os habitantes, a rua é cada vez mais substituída por avenidas e vias rápidas, o ponto de encontro deixou de ser a praça e passou a ter lugar em equipamentos como o centro comercial. Além disso, o tipo de espaço que nos é *oferecido* na cidade histórica, é caracterizado essencialmente pela sua exiguidade e é de fácil apropriação ou não, dependendo do tipo de intervenção que ele sofreu ao longo dos tempos até aos nossos dias. O desafio está em trabalhar da melhor forma esse espaço em prol da qualidade do quotidiano dos habitantes.

O perfil generoso das ruas do Núcleo Pombalino, com 40 palmos de largura, permite um fluxo, visibilidade e salubridade que rotulam o espaço público de estar, de pausa. Mal administrado este espaço, originalmente amplo e de perfil generoso passou a estar atrofiado com mobiliário urbano, com estacionamento não planeado, é diariamente invadido por esplanadas, produtos para venda, como os característicos “atoalhados”, entre outros.

2.8. “INVÓLUCRO” DO EDIFÍCIO

A imagem é uma das características mais determinantes para a população quando se trata de identidade urbana. No entanto, a luta pela preservação de determinada forma e imagem leva frequentemente a situações que primam pela falsidade e aspecto cenográfico,

35. edifício Heron
Castilho, Lisboa, autora



situações conduzidas muito frequentemente pela prática do fachadismo. Fachadismo é a tentativa de garantir a imagem urbana histórica através da preservação sistemática das fachadas dos edifícios antigos, ou até mesmo da construção de uma imitação da antiga, descurando a natureza tipológica, volumétrica, estrutural e construtiva do edifício, destruindo o “recheio” e projectando o espaço interno sem questionar a relação da fachada com a planta. Este tipo de operações sustenta-se em geral num processo de aumento de área, através da junção de lotes contínuos, argumentando-se que só assim se podem conseguir soluções adequadas de organização espacial e obter “tipologias” mais amplas, suficientemente consentâneas com as actuais necessidades da habitabilidade. Mas de facto, a realidade não é assim tão linear, existem outras formas de trabalhar esses espaços sem que para isso seja necessário destruir as tipologias originais usando a fachada original para escondê-lo. *“Quanto mais bela é uma cidade em aparência, mais consternador se torna descobrir o verdadeiro rosto que se esconde atrás da sua fachada”*²⁰

O fachadismo foi, e ainda é considerado, em determinados casos a postura ideal face a uma intervenção num contexto patrimonial. Ao salvaguardar a imagem exterior do edifício corre-se menos riscos na possível má qualidade projectual. Será possível defender que os edifícios sejam reduzidos a um sistema de planos verticais, sem a sua correspondência na organização interna? Deve-se “abater” todo o interior dos edifícios, para posterior

²⁰ BERNHARD, Tomas; citado por: GRACIA, Francisco de - *Construir en lo Construído: la arquitectura como modificación*, Madrid Nerea, 1996, pág. 15

reconstrução, mantendo-lhe apenas as frentes? O facto é que propõe resultados irreversíveis e isso é desconcertante se verificarmos a predominância desta prática. Intervir num conjunto edificado mantendo a sua estrutura interior, quando isso se justifica e é tecnicamente possível é um grande desafio, ao qual um bom arquitecto enfrenta tentando sempre encontrar o equilíbrio entre as necessidades da vida actual e o respeito pelas características do objecto patrimonial. Há que ter em atenção que o problema nem sempre poderá residir no projecto mas sim nos programas que são impostos. Há que haver um crivo prévio para testar a viabilidade de atribuição de determinado uso a determinado espaço.

O condenável no fachadismo é o facto de em determinadas intervenções negar-se a projecção do interior na fachada. O invólucro do edifício não revela a sua essência, ela desvirtua o que realmente se passa no seu interior. Assim, esta prática bastante delicada, levanta pontos questionáveis e dificuldades: “esconde” frequentemente um aumento volumétrico e preenchimento de logradouros e conseqüente alteração fundiária e arquitectónica da cidade; simula-se através da fachada um espaço interno que não existe; subsistem problemas de natureza estrutural que dificultam a manutenção das fachadas originais; não há compatibilização das memórias funcionais anteriores com as quais se pretende implementar, comporta um elevado custo económico.

O fachadismo, “sustentado” pelo consumo de imagem, desenvolve-se na cidade existente com o pretexto da salvaguarda do património, da salvaguarda da “memória” da imagem urbana e do “extremo” respeito pelo passado. Mas esta prática sublinha a perda da autenticidade patrimonial e um dos factores mais preocupantes é o facto de ser apresentada ao público como uma das melhores formas de preservar a memória da cidade antiga adaptando-a um futuro novo.

“ (...) era criticada a intervenção do chiado, apelidada de conservadora e acusada de não registar claramente uma intervenção de época dentro do quarteirão que é uma grande massa de pré-fabricado de construção sistemática. Dizia-se também ter sido perdido uma oportunidade de fazer uma intervenção contemporânea. Então eu dizia que para isso há a periferia.”²¹ Tomás Taveira deu a conhecer a sua opinião num artigo d'OJornal antes de Siza ser escolhido, “um objecto novo para o Chiado, que reflecta a estética de hoje, o pensamento filosófico actual, que corresponda a uma gnoseologia de fim de século, que

²¹ VIEIRA, Siza – *A arquitectura medíocre não é polémica*, in Jornal Expresso, 5 de Dezembro de 2003

afirme a imaginação do nosso tempo, não ignorando no entanto o espírito do lugar.”²² E em Fevereiro de 2005, dezassete anos depois afirmou, “O assumir-se que o “lugar” é imutável, conduz a que se assuma que a arquitectura que com ele deverá interagir deve ser uma arquitectura suficiente anónima, para o deixar intacto, ou então pior do que isso, uma arquitectura que o procure imitar com maior o menor talento como foi o caso do Chiado, que ainda hoje não atrai os habitantes da cidade.”²³ . O arquitecto Tomás Taveira foi talvez o único a assumir publicamente a sua divergência para com a atitude de Siza, muitos foram os que aplaudiram e apoiaram. “ (...) o Chiado de Siza distanciou-se criticamente do mimetismo histórico mais conservador, mas também do moderno ortodoxo e radical. Assume a contemporaneidade de um modo discreto, subordina-a à continuidade urbana, do equilíbrio da cidade.”²⁴

De facto, Siza optou por uma intervenção discreta desprovida de marca autoral, assentando em pontos fundamentais como: modificação de usos dos espaços intersticiais dos quarteirões, substituindo situações insalubres em espaços públicos, unificação estrutural de edifícios contíguos, reequilíbrio funcional e correcção de algumas fachadas que foram repostas na métrica serial da arquitectura pombalina. Siza tinha consciência que estava a “trabalhar” numa unidade e era para ele fundamental conservar o ambiente da zona e manter a sua função no tecido urbano nomeadamente a de passagem entre a “Baixa” e o Carmo. Era necessário corrigir, não criar de novo.

*“A Baixa Pombalina, (...), é um pedaço de cidade belíssimo em que as cérceas são praticamente uniformes. Poucos edifícios se destacam. Quando trabalhei na recuperação do Chiado recusei-me a pôr mais pisos. Ali era um grande conjunto consolidado, sistematizado, e acordo com projecto-tipo, desenhado no século XVIII, estabelecendo a relação entre os arruamentos e as construções. Aí não era lugar, em meu entender, para a pretexto de alguns edifícios destruídos, modificar essa qualidade urbana.”*²⁵ O ponto de contacto com VRSA é claramente a arquitectura pombalina, e a unidade do conjunto do edificado mas no Chiado deu-se uma catástrofe. Havia uma necessidade urgente de intervenção, de “erguer” paredes. Siza Vieira deparou-se com a ruptura naquela massa homogénea, e a sua intervenção baseou-se na reparação de forma a restituir novamente a unidade do edificado,

²² TAVEIRA, Tomás, in O Jornal, 2 de Setembro de 1988

²³ TAVEIRA, Tomás – *Arquitectura do Silêncio e o Contexto Urbano* in *Domingo Magazine* (parte edição nº9402 do Correio da Manhã), 20 Fevereiro de 2005, pág.97

²⁴ MARTINS, João Paulo – *Plano de Reconstrução da Zona Sinistrada do Chiado - Siza Vieira*. In *Revista Monumentos* nº21, D.G.E.M.N, Lisboa pág149

²⁵ VIEIRA, Siza – *A arquitectura medíocre não é polémica*, in *Jornal Expresso*, 5 de Dezembro de 2003



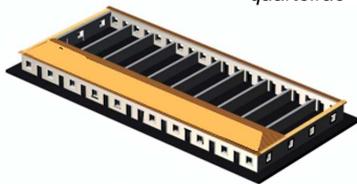
36. Museu Grothe,
Herzog & De Meron

incidindo na qualidade do espaço público e na habitabilidade do espaço interno. Siza aceitou o acréscimo volumétrico que surgiu ao longo dos tempos, mas eliminou o acidental, o pitoresco, fragmentação e a excepção à regra. A fachada pode não ser mantida, ou até reconstruída, integralmente, mas sim “trabalhada” em função das alterações que se fizeram sentir no interior. Essa atitude está patente na reconversão de um edifício industrial no Museu Grothe (1997/99) por Herzog & De Meuron.

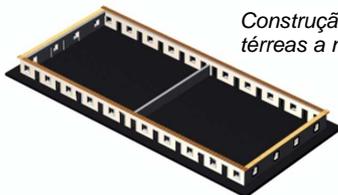
37. diferentes fases de construção do
quarteirão de casas térreas, autora



Construção total do
quarteirão



Construção das casas
térreas a nascente



Construção de muros
perimétricos do quarteirão,
com vãos e beirado

vãos e abertos novos com métrica e linguagem diferentes. A fachada foi trabalhada de forma a acentuar o carácter monolítico do edifício e revelar a nova lógica altimétrica do novo interior (rasgando janelas verticais na fachada).

A fachada desenhada é a concretização do limite do “vazio” da cidade, e é interessante notar como a mesma foi posta em prática na estratégia pombalina. Era fundamental a imagem que transparecia para o exterior, condicionada pelo desenho da fachada, pela volumetria, tipo de materiais, pelo conjunto do edificado e espaço público. Esta ideia de “controlar” a imagem,

estava patente em tudo, inclusive no próprio esquema de construção, como já foi mencionado no capítulo 1.1., e como se ilustra na imagem 37.

A questão do fachadismo e da problemática que levanta não é tão clara num contexto com a especificidade de VRSA. O Plano Pombalino assenta num conceito primordial, a imagem. Isso leva-me a questionar a importância da imagem, do “invólucro” exterior do edifício na arquitectura e qual a sua condicionante perante uma intervenção futura. Na cidade, as fachadas dos edifícios como complemento do espaço urbano público têm importância e um significado muito superior ao da fachada como expressão do espaço interior arquitectónico. À escala urbana, uma praça, sendo um espaço de estar, assemelha-se a uma sala onde as fachadas dos edifícios que a delimitam podem ser assumidas como paredes interiores desse espaço urbano. No Núcleo Pombalino é fundamental explorar essa imagem, ao projectar um edifício de raiz e manter, na medida do possível, qualquer fachada pombalina que se apresente estável estruturalmente nunca negando a relação interior/exterior

2.9. USOS

É fundamental que os espaços sejam reabilitados por necessidades contemporâneas, que a cidade seja habitada, caso contrário esta pode resumir-se somente à representação cenográfica, ao usufruto visual negando a percepção da verdadeira identidade do lugar e do seu conteúdo histórico. Reabilitar os monumentos passa essencialmente por preservar a sua capacidade evocativa, salvaguardando a sua autenticidade e enaltecendo a identidade que lhes é inerente. As novas funções atribuídas a estes edifícios, frutos de uma outra época, têm de se adequar aos seus espaços ou até mesmo manterem as funções do passado e nunca ser o espaço a moldar-se à nova função pois isso normalmente implica alterações que alteram a lógica interna do edifício. Ponderar atribuir novos usos a determinado edifício que vai perdendo o seu papel no campo funcional da sociedade não é um pensamento recente. Por exemplo, no caso do Coliseu de Roma, Sisto V sugeriu a transformação do edifício numa Fábrica de fiação de lã e Carlo Fontana em 1707, propôs a alteração para albergar um Fórum. De facto, a forma não anula a diversidade programática que o espaço pode albergar mas pode sim dar lugar a outras funções. A História vem demonstrando que a forma é mais forte do que qualquer uso que dela possa fazer-se, são inúmeros os edifícios que sofreram ao longo do tempo grandes transformações na sua utilização, sem que para isso fosse necessário alterar a sua estrutura formal.



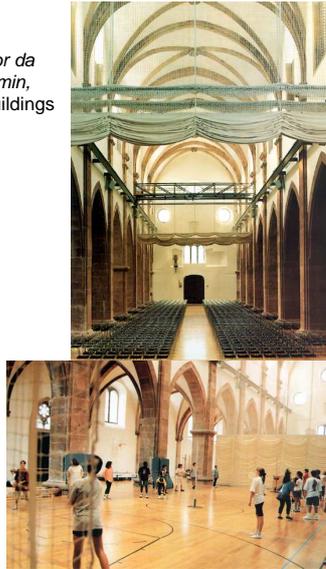
38. Pousada Santa Maria do Bouro, Amares, Souto Moura

Devolver uma outra vida a estruturas antigas é tão válido como a criação de novos edifícios. Os edifícios jamais são definitivos, logo não podem ser permanentes quando a sociedade que os rodeia está em constante evolução. É um afirmar da descoberta de uma relação entre a arquitectura e a sua história, entre a memória e o seu contexto, que não passa nem pela destruição nem por deixar ao abandono. A reabilitação destina-se a dotar um edifício antigo de condições consideradas suficientes para recuperar a sua funcionalidade. Recuperar a funcionalidade e aumentar os níveis de qualidade são conceitos fundamentais em obras de reabilitação, mas um não induz ao outro, pois é possível dotar um edifício de nova função sem necessariamente haver um aumento de qualidade.

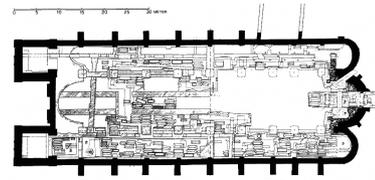
Não se pode exigir que um edifício antigo se comporte como um actual quando a estrutura social se alterou significativamente. Deve-se considerar que há outros valores que permitem esse compromisso possível entre o que se preserva e o que a sociedade moderna exige que permite que a funcionalidade se mantenha. A especificidade do edifício por vezes condiciona demasiado os espaços de forma que, certas funções ficam abaixo dos mínimos exigidos para um edifício construído de raiz. A função remete para o uso mais viável económica e socialmente que uma estrutura edificada pode assumir num dado momento. São diversos os factores que condicionam a apropriação do espaço e a forma como é utilizado, tais como: a cor, a textura, a escala, referências iconográficas, a densidade, a dimensão, a luz entre outros. O problema das funções está em dois patamares: o espaço que deve satisfazer determinados requisitos mínimos para adquirir funcionalidade, e o utilizador para se apropriar e identificar com ele. A viabilidade de atribuir dife-

Igreja St. Maximin, Alois Peitz

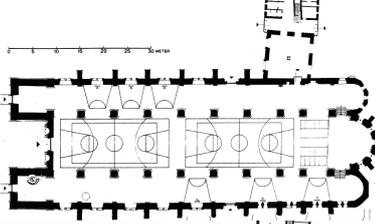
39 e 40. interior da Igreja st. Maximin, rehabilitated buildings



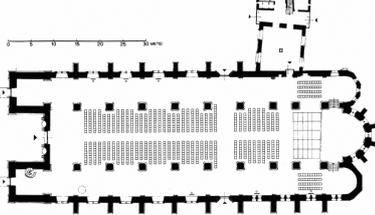
41. planta -1, espaço para contemplar restos arqueológicos, rehabilitated buildings



42. planta de contacto com solo_A, espaço para acolher actividades desportivas, rehabilitated buildings



43. planta de contacto com solo_B, espaço para acolher actividades culturais, rehabilitated buildings



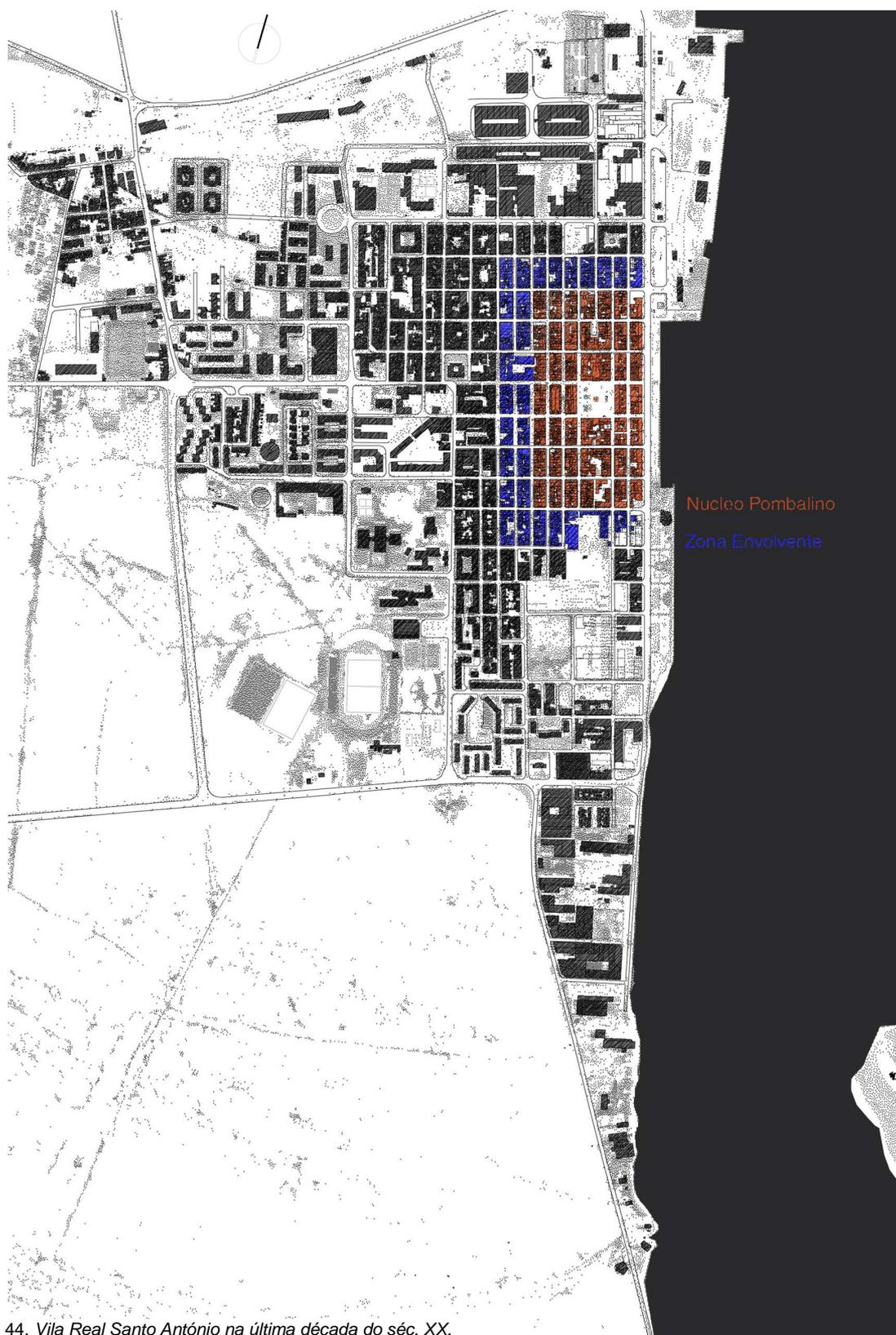
rentes usos a um espaço com determinada característica passa muito pelos condicionamentos da legislação, das comodidades exigidas em pleno séc.XXI.

Ao reabilitar há uma constante reinterpretação e reformulação dos usos originais. Esta reformulação é necessária para manter o património vivo na tradição da sua constante reinvenção mas também para a viabilização da sua permanência. Quando se pretende atribuir um programa novo para edifícios religiosos, palácios e hospitais ocorrem automaticamente as funções ditas culturais, como museus, bibliotecas, instituições escolares, fundações, etc., funções utilitárias de prestígio, ministério e hotéis ou até de consumo como bancos e comércio. O exemplo que se segue, é pouco comum, trata-se da adequação de uma Igreja gótica, Igreja St. Maximin a um polidesportivo, pelo arquitecto Alois Peitz em 1995. As três principais exigências para o restauro da Igreja foram: a sua reconversão para acolher actividades desportivas e culturais, a criação de um acesso aos restos arqueológicos que ainda permanecem debaixo do edifício e retenção da nova e restaurada aparência do edifício tanto interna como externamente. Medidas para garantir a funcionalidade face aos novos usos foram pensadas ao pormenor nunca negando as características do espaço interno.

Uma das características fundamentais do Núcleo Pombalino é a distribuição programática, o funcionamento da 'fábrica' que gera diferentes espaços cuja função original já não faz

sentido nos dias de hoje. A Rua da Princesa era a mais activa, era aí que circulavam os barris com o peixe. Quando este comércio entra em declínio, os edifícios desta rua deixam de fazer sentido como Salgas e Armazéns. Sendo abandonados das suas funções, alguns convertem-se em pequenas lojas, restaurantes e outros desaparecem dando lugar a edifícios sem qualquer valor arquitectónico e na maior parte abandonados. A Rua da Princesa é há muitos anos nomeada pelos vila-realenses como a “Rua Morta”: as traseiras da Baixa-Mar. As diferentes tipologias pombalinas, apesar de apresentarem diversas condicionantes, não negam de forma alguma a possibilidade de adaptação a novos usos.

Em VRSA, a diversidade de tipologias suscita a possibilidade de atribuir outros usos além da habitação e comércio e isso é um ponto crucial na reabilitação do Núcleo Pombalino. É importante explorar os diferentes tipos de espaços sediados essencialmente nas duas primeiras linhas de quarteirões frente ao Guadiana e nos edifícios que delimitam a praça para assim poder surgir novas vocações programáticas. Os novos usos podem ser um ATL, um Centro de Dia, um Lar de Idosos, uma Unidade Hoteleira, uma Casa de Chá, comércio, habitação, restauração e bebidas como uma Casa de Chá por exemplo, uma Pousada da Juventude entre muitos outros. Primeiro é necessário haver um filtro das necessidades da cidade de VRSA em adquirir mais usos e de seguida questionar qual a viabilidade de atribuir os diferentes usos às diferentes tipologias presentes no Núcleo Pombalino.



44. Vila Real Santo António na última década do séc. XX,

03. (RE) DESENHAR O NUCLEO POMBALINO.

“ (...) preservar o núcleo pombalino desta cidade (...) é preciso, em primeiro lugar, discutir qual a essência do núcleo pombalino, quais foram os princípios que presidiram sua fundação e construção para podermos saber como preservá-lo. Em última instância, distinguir o que é substantivo e o que é adjectivo na forma urbana da Vila Real de Santo António.”²⁶

²⁶ AZEVEDO, Paulo Ormino de – *Vila Real de Santo António: Preservação e Desenvolvimento*, pág. 1

03.1. PPSNPVRSa – LINHAS DE INTERVENÇÃO

A situação actual do Núcleo Pombalino, a sua descaracterização quer a nível do espaço público quer do edificado é preocupante. As linhas que redigo deixam-me tranquila pois sei de antemão que o desejo de mudança que nelas expresso não ficará no papel. Apesar de ainda ser muito cedo e a eficácia de um plano só se revelar passados muitos anos do início da sua implementação, acredito na eficácia do Plano de Pormenor de Salvaguarda e no que poderá advir dele para a cidade de VRSA.

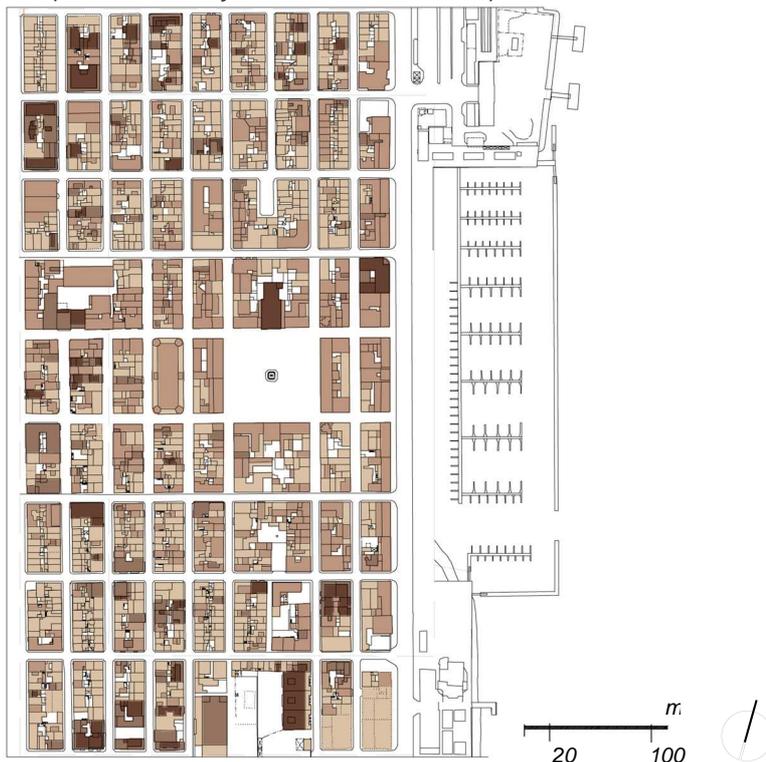
Nos primeiros cinco meses de trabalho procedeu-se, ao reconhecimento e à análise tipomorfológica do núcleo, à sua relação com a restante cidade, ao estudo da mancha programática e do espaço público. Deste levantamento resultaram uma série de mapas de caracterização referentes: à volumetria, ao alçado, à disponibilidade, à época de construção, ao estado de conservação, ao tipo de guarnição, ao tipo e material de cobertura, ao tipo de revestimentos, ao sistema construtivo, à distribuição programática, à identificação de edifícios com características pombalinas e do espaço público.

Após o “reconhecimento do terreno” procedeu-se à análise e constante reflexão da actualidade do núcleo face ao plano de 1773, nunca perdendo de alcance a relação do rectângulo pombalino com a restante cidade. Analisou-se edifício a edifício, e atribuiu-se a cada um, uma nomenclatura pelo facto de serem dotados ou não de características pombalinas e de acordo com a qualidade arquitectónica e grau de intervenção necessário. Os edifícios do Núcleo Pombalino podem-se assim, agrupar em dois grupos distintos: os edifícios com características pombalinas, denominados Pn^{27} , e os que não apresentam qualquer característica pombalina, os En^{28} . Qualquer intervenção tem como objectivo clarificar a leitura da imagem do Núcleo Pombalino. Desta forma, os edifícios da primeira categoria não poderão ser demolidos, enquanto que no segundo grupo, a menos que o edifício seja classificado como E1 (com elevado valor arquitectónico), poderá haver uma demolição desde que se garanta uma melhoria na qualidade do novo edifício, e que a nova obra respeite uma série de pontos fundamentais relativos à volumetria, materialidade, métrica, pré-estabelecidos. Os Pn (P1, P2 e P3), assim como os E1, E2 e E3 têm como formas de actuação, a conservação, o restauro e valorização, enquanto que os edifícios classificados nas classes E4, E5 e E6 têm como intervenção de eleição a demolição afim de produzir obra nova com aproximação às características

²⁷ sendo n uma variável, em que a ordem crescente é indicadora do aumento da necessidade de intervenção

²⁸ ibidem

45. mapa de caracterização referente ao número de pisos, PPSNPVRS



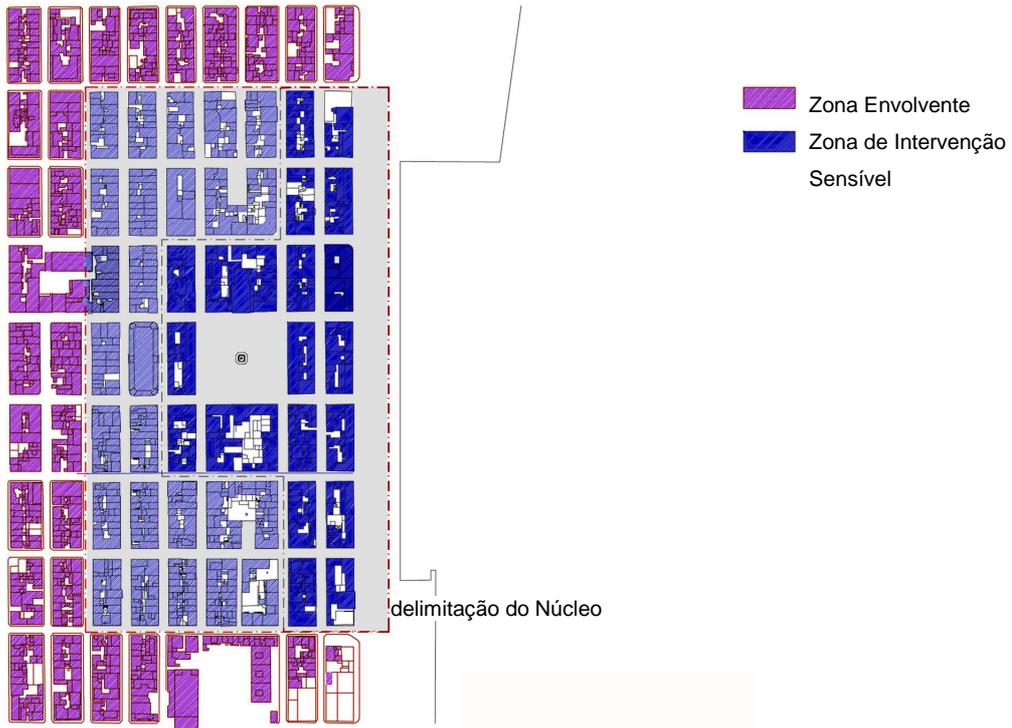
46. edifícios com características pombalinas,



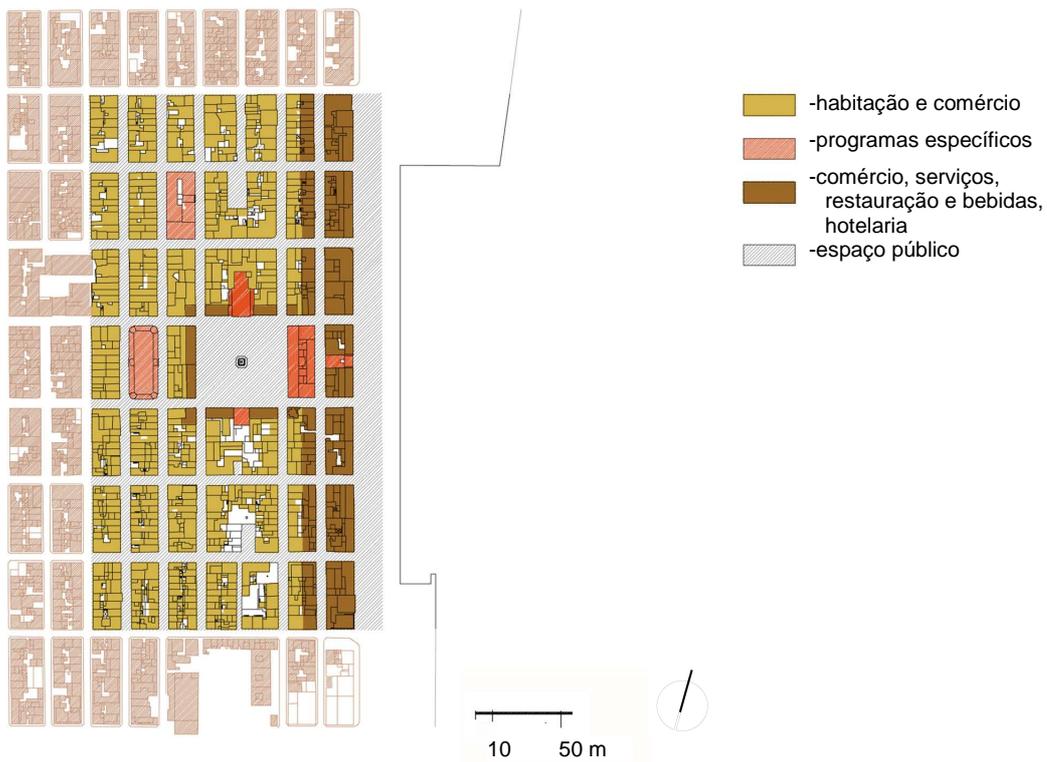
47. edifícios sem características pombalinas, PPSNPVRS



48. limite de áreas do Plano de Pormenor de Salvaguarda, PPSNPVRS



49. zonamento funcional proposto pelo Plano de Pormenor de Salvaguarda , PPSNPVRS



estruturais da composição do plano pombalino. A intervenção em edifícios da classe *Pn*, deve-se basear na reconstrução, obedecendo a uso de materiais, técnicas e sistema construtivo originais.

O Plano de Pormenor de Salvaguarda delimita três zonas na área a intervir, atribuindo a cada uma delas normas específicas, são elas: o rectângulo do plano pombalino, a zona envolvente e a zona de intervenção sensível (ZIS).

A intervenção na ZIS, definida pelas duas primeiras linhas de quarteirões a Este e pelos que definem a praça, é considerada prioritária na revitalização do núcleo, através de uma reconversão funcional dos quarteirões junto ao Guadiana, sendo apenas permitido albergar programas de domínio público, como serviços, restauração e bebidas, hotelaria, comércio, equipamentos culturais e indústrias. A cada edifício desta área foi elaborado uma ficha de intervenção que indica quais as medidas a serem tomadas numa intervenção.

No *rectângulo do Núcleo Pombalino*, exceptuando a zona sensível, a construção de novos edifícios pode assumir uma imagem contemporânea sem qualquer alusão ou referência à composição das construções do Plano Pombalino. Tendo por limite de volumetria máxima admissível dois pisos acima da cota de soleira, as actuações devem ser orientadas pelo princípio da uniformização de cada quarteirão. Caso o quarteirão tenha uma maior percentagem de edifícios térreos a nova construção não deve exceder o piso térreo.

A *zona envolvente* que abrange duas linhas de quarteiros a Poente e uma tanto a Norte como a Sul a partir do limite da área do Núcleo Pombalino. Esta faixa faz parte da área de intervenção do PPSNPVRS, e é trabalhada como *limite* o que permite identificar mais claramente a área original do Plano Pombalino e “encerrar” o que foi em tempos uma unidade fechada. O objectivo na zona envolvente, semelhante aos princípios do plano pombalino, é regulamentar a volumetria e a imagem da fachada do edificado. Pretendendo, a longo prazo, que a faixa que circunda o núcleo apresente uma imagem homogénea.

No que se refere ao espaço público, deverá ser executado um pavimento uniforme correspondente à área do Núcleo Pombalino, excedendo-a somente a Este no contacto com o rio Guadiana. Deverá também ser removido do espaço público mobiliário urbano que entre em conflito com este e com o edificado devido à sua escala.

alçado



alçado em 2003



fotos alçados



alçado proposto



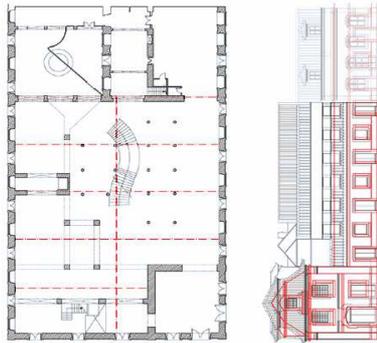
50. *proposta do PPSNPVRSa para a fachada nascente do quarteirão 5, PPSNPVRSa*

03.2. **OUTRAS LINHAS DE INTERVENÇÃO, COMPLEMENTARES À ACÇÃO DO PPSNPVRSa**

O desafio da intervenção em VRSA reside na capacidade de contribuir para a leitura do plano pombalino sem que para isso seja necessário descer toda a volumetria e retomar a métrica. Dado que a volumetria de dois pisos da Baixa-Mar e Praça Real mantiveram-se em quase toda a sua totalidade, o restante edificado do núcleo poderia manter praticamente a volumetria que hoje tem, desde que, em casos estratégicos se retomasse ou permanecesse o piso térreo. Os pontos estratégicos que menciono são essencialmente pontos de articulação com os edifícios de dois pisos e tramos de ruas que permitissem a leitura do perfil da rua pombalina. Não seria fulcral que o piso térreo rondasse os 80, 90%, basta que fossem os suficientes e em zonas previamente seleccionadas para que fosse possível a leitura do plano pombalino.

A salvaguarda do Núcleo Pombalino tem de obedecer a dois pontos fundamentais, os edifícios com características pombalinas que persistem devem ser reabilitados, e os outros edifícios seguir uma via que os leve a constituir um conjunto homogéneo. Desta forma é possível ter uma leitura clara do plano original porque se distingue as excepções, neste caso os edifícios pombalinos, inseridos num conjunto harmonioso e homogéneo. O conjunto do edificado não pombalino assume-se como contexto neutro, não interfere na leitura da cidade como unidade e reforça ao mesmo tempo a identificação do que é pombalino.

51. loja Sol Dourado, sita no quarteirão 15,



 *cadastro original*



A matriz cadastral original gerou lotes estreitos e de reduzida área. Preencher os logradouros, associar lotes, construir pisos recuados e sobretudo aumentar pisos foram algumas das acções por parte dos vila-realenses para aumentar a área útil. A forma menos prejudicial para o fazer foi somente associando lotes, pois desta forma não se compromete a volumetria do edificado, mas por outro lado nem sempre se cumpriu um ponto fundamental que garante a legitimidade face a uma atitude deste género. É fundamental evocar a tipologia original do espaço, ou seja, garantir a percepção clara de associação de espaços que foram outrora distintos no interior, garantindo a continuidade ininterrupta da fachada no exterior. Existem vários lotes no núcleo que se associaram e em grande parte dos casos não foi respeitada a natureza tipológica original acima mencionada o que resultou numa clara descaracterização do espaço, um exemplo claro disso é a loja do Sol Dourado no quarteirão 15, a oeste do quarteirão da Igreja. Além da associação de lotes foi construído um recuado, medida inspirada no projecto-tipo do arquitecto João Horta mencionado anteriormente. O “caso” da loja Sol Dourado é um dos mais preocupantes porque agrega vários lotes, incluindo um Torreão da praça, e o interior do espaço comercial é um espaço amplo. A única referência cadastral interna que ainda persiste é o limite do Torreão.

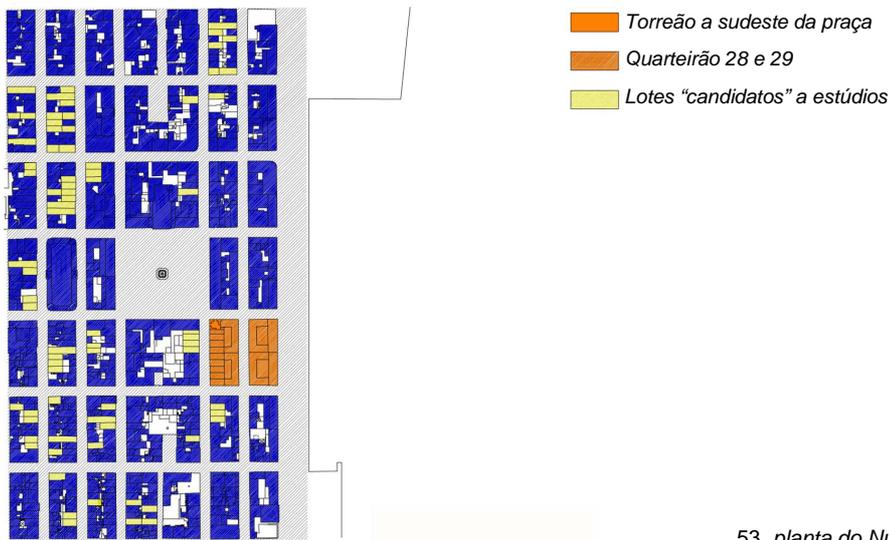
O distrito de VRSA, como zona balnear tem uma maior afluência de turistas nos meses de verão mas durante a nossa estadia nos meses de Outubro e Novembro, apercebi-me que a afluência de estrangeiros nestes meses do ano é também significativa, estes turistas vivem temporariamente um mês ou dois na época mais fria. Assumi este facto como um trunfo



52. 3D *quarteirões 28 e 29*
(*com volumetria original*) e
respectiva envolvente, autora

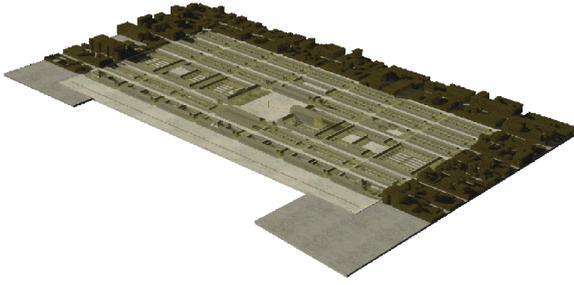
para a reabilitação do Núcleo Pombalino. O sucesso de reabilitar determinado contexto urbano passa necessariamente pela vivência deste. Este tipo de população apesar de volante, é essencial para a vivência do núcleo, incute-lhe mudança, diversidade e vivência durante todo o ano. Os lotes habitacionais de 55m² com edifícios da categoria P em ruína, devolutos ou em mau estado, destinados a serem reabilitados e edifícios de categoria E (com a exceção da classe E1), podem dar lugar a estúdios para albergar estas pessoas, que procuram sobretudo a tranquilidade dos meses menos “requisitados”, assim como aos turistas que procuram a época de verão. Estúdios de aproximadamente 32 m², poderiam receber um agregado familiar de três ou quatro pessoas e estariam assim disseminados pelo Núcleo Pombalino e no maior número possível. A recepção/atendimento deste serviço estaria num ponto estratégico, no Torreão sudeste da praça, sito no quarteirão 28.

A leitura da cidade pelo peão dá-se à escala da rua, pela adição de elementos que contribuem para essa percepção e que se baseiam em componentes como a massa construída, a rede viária, a homo ou heterogeneidade do conjunto urbano, entre diversos outros factores. Num contexto com a especificidade de VRSA essa afirmação ganha corpo, pela dependência que este plano tem com a imagem, imagem essa, cedida essencialmente pela malha urbana e pelo invólucro do edificado. Este facto leva-me a tomar uma segunda decisão, a necessidade de reconstituir um tramo de rua onde prevaleça a imagem pombalina. A minha escolha recai no conjunto dos quarteirões 28 e 29, por várias razões, entre as quais: a presença do Torreão do quarteirão 28 que se assume como ponto de



53. planta do Núcleo Pombalino,

charneira com a Praça Marquês de Pombal; por permitirem a leitura da transição da volumetria do primeiro piso com o edificado térreo, a vivência do espaço em diferentes tipologias; pela possibilidade de acentuar a vivência da Rua da Princesa, e de explorar a dualidade funcional entre os dois quarteirões, característica originalmente sustentada pela complementaridade entre os programas, Salga e Armazém. Às diferentes tipologias atribuí os seguintes programas: a casa do pescador dá lugar a um estúdio para aluguer ou para habitação permanente, o Torreão dá lugar a uma recepção/espaço administrativo destinado ao aluguer dos estúdios, os Armazéns e as Salgas dão lugar a espaços de comércio e de restauração e bebidas, ou a outro tipo de programas como A.T.L.s, pequenas oficinas, escritórios ou gabinetes camarários. O corpo da Sociedade pode dar lugar a um espaço de restauração por excelência, no qual o piso superior comporta uma sala de jantar e no piso térreo o atendimento e zona técnica. O primeiro piso da Sociedade poderia também comportar pequenas células habitacionais em regime de hotel, com espaços de apoio no piso térreo. A procura de atribuir os diferentes usos deve ser devidamente questionado, tendo sempre como ponto de partida as características que o espaço oferece e não impor determinada função que não se adequa às características do espaço, correndo assim o risco de se criar "contentores" formais. O que sugiro para o quarteirão 28 e 29 seria a medida ideal a repetir pela Rua da Princesa. A sua reabilitação ganha forma se for explorada a adequação de diversos usos aos espaços que lhe são adjacentes, incrementando desta forma a vivência e a maior afluência de pessoas com diferentes interesses a esta área.



54. 3D da reposição do núcleo e envolvente, PPSNPVRSa



55. fotomontagem rua pombalina, PPSNPVRSa

3.3. FORMALIZAR A INTERVENÇÃO

Existem duas formas extremas de intervir no Núcleo Pombalino, uma defendendo uma reposição total de todo o conjunto edificado e outra não criando restrições específicas de construção. Ao longo destes anos este núcleo caminhou para um desses extremos, um percurso sem regras que o levou à actual situação. Isto deve-se essencialmente ao facto do P.D.M. não ter em anexo uma planta (a assinalar os edifícios pombalinos) que permita o devido cumprimento deste. Há a necessidade de gerir a tensão entre a pressão imobiliária e a necessidade de preservar e para isso há que encontrar uma via entre dois pólos extremos; o desaparecimento das marcas do passado e a musealização. A procura do processo ideal consiste na reflexão da realidade e conduz necessariamente a regulamentação de modo a controlar qualquer impulso menos digno do valor patrimonial do núcleo. O fundamental é tornar clara a essência do plano da cidade desenhada, uma cidade em que cada edifício não vale por si só mas como conjunto com todos os outros. A menos que haja um esforço governamental e de certas instituições, não se conseguirá uma leitura clara do plano, porque só a malha não permite ler o plano pombalino. Há toda uma complexidade por detrás da arquitectura e da relação de volumetrias que precisa ser facilmente desvendada por quem visita o Núcleo Pombalino e que neste momento está ocultada por uma adição de volumetrias, materiais e cores que precisam ser reformulados. É fundamental fazer um reconhecimento do que é original e conservar, assim como é importante tomar uma atitude face ao restante edificado.



56. rua Dr. Sousa Martins, 2003, PPSNPVRSa



57. 3D do núcleo e envolvente, PPSNPVRSa

Reunindo os vários pontos que foram anteriormente mencionados, no caso de VRSA é fundamental: retomar as relações funcionais entre edifícios da Rua da Princesa; libertar o espaço público de uma série de elementos, como por exemplo os sombreadores que obstruem a leitura do plano das fachadas; estudar um novo esquema de usos de acordo com as necessidades do Núcleo Pombalino e da restante cidade; retirar equipamentos que asfixiam o espaço e adicionem problemas de escala e compensar estabelecendo usos fundamentais para a vivência do edificado; estabelecer uma relação mais directa da cidade com o rio Guadiana. Uma acção fundamental para a reabilitação do Núcleo Pombalino é a requalificação de Rua da Princesa. Dar vida de novo a esta rua ajudaria a desvendar mais facilmente o “sentido” do plano pombalino, a sua vivência e sua funcionalidade.

3.3.1. HABITAR ÁREAS MINIMAS

A família necessita que o espaço de habitação tenha dimensões suficientes para realizar as mais simples tarefas domésticas, assim como deve ter a capacidade de permitir às pessoas quer isolar-se quer agrupar-se. Numa área reduzida torna-se um pouco mais complicado fazer esse exercício, enquanto que no modelo de habitação tradicional é mais simples, a compartimentação dos espaços corresponde à especificidade das funções que neles se desenvolvem: cada espaço possui uma função e propriedades específicas, o mobiliário está assim adequado à função do espaço.



58. apropriações do lote pombalino
(24 palmos x 50 palmos), autora

No habitat é possível sobrepor usos e desenvolver mecanismos ou estratégias permitindo que num determinado ambiente o utilizador tenha um papel activo, para que possa transformar os objectos e o espaço para desempenhar as diferentes funções. Desta forma o tema da habitação questiona temas como: mobilidade, adaptabilidade e flexibilidade do espaço. É fundamental que o arquitecto não esqueça que as pessoas são diferentes e tem de ser capaz de projectar uma casa adaptável que permita dar aos residentes a capacidade e direito de exercerem a sua identidade, permitir-lhes uma parte activa no processo de transformação do espaço segundo os seus gostos e necessidades. Tão importante é o conceito de flexibilidade, quanto maior é a progressiva redução do espaço habitacional.

Talvez seja demasiado falar em “nova cultura de viver” mas as funções individuais de viver e trabalhar, de lazer e vida pública estão a começar a misturar-se no tempo e no espaço. As horas de trabalho estão a ficar cada vez mais flexíveis e o espaço de trabalho pode ser definido independentemente da sede da empresa e suas filiais. A vivência está a desenvolver um novo papel, tanto social como espacial, e ambas as condições e requisitos patentes num novo modo de viver são diferentes no passado.

Em VRSA, a população foi ao longo dos tempos tentando adaptar-se aos lotes estreitos e longos. Mas a vida familiar desde o séc. XVIII exige cada vez mais área, conforto e por isso a opção de construir no logradouro e de aumentar um piso ao edifício foi a solução mais imediata.



59. apropriações do lote pombalino
(24 palmos x 100 palmos), autora

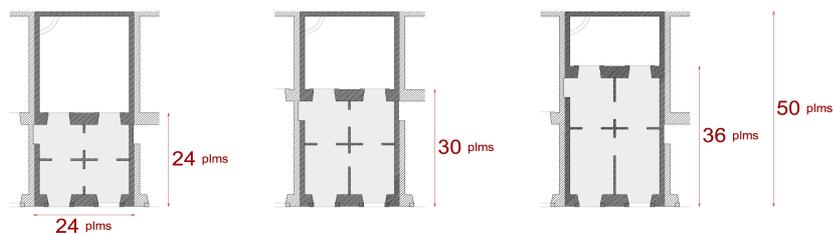
A intervenção dos residentes resultou numa clara descaracterização da cidade. Normas deveriam ter sido tomadas e exigidas em cada intervenção no Núcleo Pombalino. A maior parte dos lotes que mantêm os logradouros com a área inicial são os que apresentam edifícios pombalinos em ruínas. Em 1774 a tipologia estava implícita na fachada, quatro *quartos*, e por vezes um acrescento no logradouro. Com o decorrer dos anos foram-se preenchendo os logradouros, e quando essa área já não era suficiente aumentava-se um piso. Habitar um espaço com estas condicionantes é um desafio mas pode-se revelar de qualidade.

O cadastro divide o quarteirão de 240 por 100 palmos, em dez lotes que mais tarde poderiam ser divididos, sendo assim no máximo vinte lotes por cada quarteirão de habitação. A frente do lote tem 24 palmos, sensivelmente 5,30m, e a área total do lote somando o logradouro aproximadamente 55m². Cada casa teria no mínimo 28 m² e no máximo 40m², um espaço mínimo de habitação para o pescador/operário de Vila Real de Santo António, mas e hoje? É preciso dar resposta às necessidades contemporâneas, reflectir quais as verdadeiras limitações e encontrar instrumentos que permitam um espaço qualificado, no qual não se sinta uma carência de espaço vital.

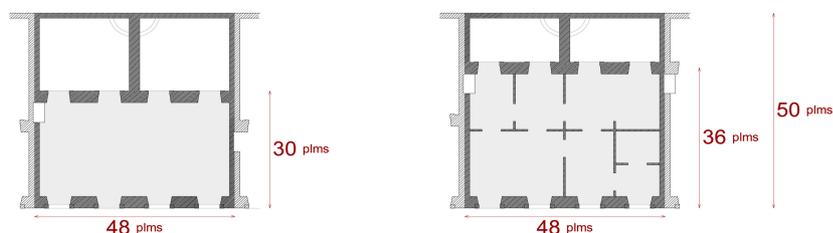
O tipo de abordagem do projecto depende da pré-existência. Independentemente de apresentar características pombalinas ou não, caso o edifício seja em alvenaria de pedra e esta esteja em condições de subsistir deve-se mantê-la, mesmo que para isso seja necessário recorrer a meios técnicos contemporâneos como por exemplo estabilizar a

regras do Plano Pombalino para o lote habitacional

60. plantas do lote habitacional, 24p x 50p, PPSNPVRSa



61. plantas de associação de dois lotes 2 x (24p x 50p), PPSNPVRSa



estrutura através de uma cinta de betão. Face a um edifício com características pombalinas, é fundamental seguir a linha da natureza construtiva do edifício, desta forma a cobertura deve de ser executada em estrutura de madeira, qualquer elemento pombalino seja estrutural ou não deve ser consolidado como é o caso das pedras de guarnição que devem cumprir a sua função e delinear o vazio da fachada. Mas se contrariamente a esta possibilidade não existir infra-estrutura sustentável para continuar a linha construtiva pela qual se regeu o edifício, a construção pode ser executada com os sistemas construtivos que dispomos actualmente podendo ser uma estrutura de betão, ou metálica, desde que garanta uma série de itens fundamentais que evoquem as características pombalinas, sem recorrer ao pastiche. Se, por exemplo, as pedras de guarnição não estiverem em condições de ser utilizadas, não se deve recorrer a novas peças, nega-se simplesmente a utilização de qualquer tipo de guarnição.

A imagem que se pretende das novas edificações é uma depuração do pombalino, ou seja garantir a imagem do *invólucro*, conseguida em parte pela ausência de ornamento, prevalecendo essencialmente a volumetria e a relação de cheio/vazio e a espessura da parede. Esta opção está implícita numa intervenção de Siza Vieira numa quinta do séc. XVIII em Oudemburg, no qual o novo edifício (habitação e galeria de arte) reproduz o volume das construções pré-existentes respeitando materiais e texturas garantindo desta forma a uniformidade do conjunto.



62. Oudemburg, Siza Vieira

Quando se trata de reabilitação o desafio de garantir a comodidade térmica e acústica é muito maior, mas fundamental para a vivência do espaço. A relação entre arquitectura e contexto é aquela que se manifesta através da avaliação crítica de uma obra em relação a determinado espaço, e não através da atitude passiva e mimética quanto ao desenho e à forma da envolvente vizinha. A resposta contextualista não é aquela que se pretende camuflar o contexto, é aquela que elege o contexto como instrumento crítico do processo criativo do projecto. A atitude em VRSA corre o risco de parecer num primeiro momento passiva e mimética, como acima referido, mas a verdade é que esta só ganha forma após uma reflexão crítica do contexto.

Dadas as características destes espaços, questionáveis à priori face à realidade dos nossos dias, procurei conhecer e reflectir nas opções tomadas em diferentes projectos que possuem um ponto em comum, a exiguidade de espaço. São diversas as ferramentas que permitem trabalhar um espaço de dimensões reduzidas, como: eliminação de paredes, criação de mezaninos, incorporação de um bloco onde se concentram as funções técnicas, utilização de portas de correr, jogo de transparências de forma a haver um contacto visual com diferentes áreas, entre outros. As possibilidades de trabalhar aquele espaço são várias e não pretendi reuni-las nos desenhos que apresento, estes pretendem ilustrar apenas duas ou três formas de habitar aquele espaço. O que é importante salientar são os pontos que considero fundamentais numa intervenção neste contexto, são eles: o respeito pelo *invólucro* do edifício com respectiva métrica pombalina, a evocação da espessura/massa da



63. *invólucro*, autora
parede, a permanência do logradouro e o que a intervenção num lote significa para todo o conjunto urbano.

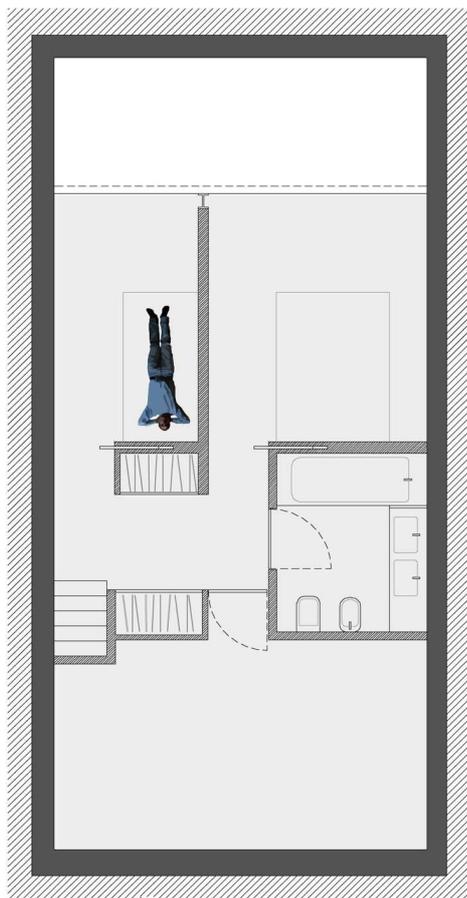
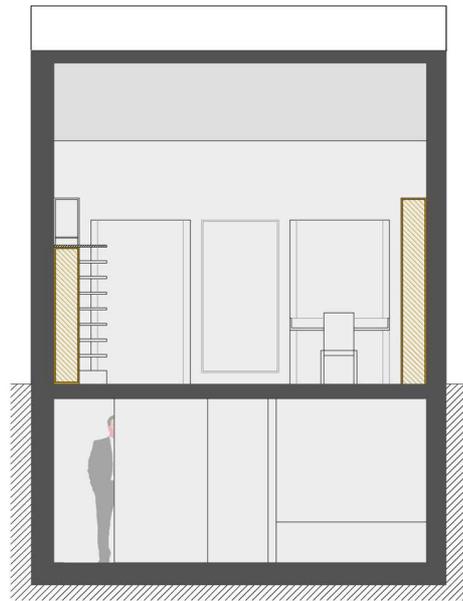
Ao trabalhar o espaço dos lotes habitacionais as questões vão surgindo e dando lugar a possibilidades de apropriação de espaço. No sentido de evocar a espessura da parede pombalina é possível criar nichos na parede, desde que esta não seja em alvenaria de pedra. Uma forma de libertar o espaço é agregar num mesmo volume, equipamentos e mobiliário, em peças flexíveis, que rebatam, e se desdobrem que permitem ou ser usadas, ou camufladas. A mesma atitude pode ser tomada em relação às zonas técnicas, a cozinha e instalações sanitárias, agregando-as num mesmo volume.

O lote do pescador pode também alojar famílias de VRSA, mas quando se trata de habitação permanente, a necessidade de área é mais significativa. “Escavar” criando um piso enterrado, não compromete a volumetria e imagem pombalinos. A área duplica, o que permite ter mais dois quartos com luz natural e área de arrumos. O espaço no rés-chão que no estúdio cumpre duas funções, a de estar e dormir resume-se neste caso unicamente à de estar. Tanto nos estúdios, como nos T2, a presença de um mezanino aumenta a área útil, podendo esta área ser explorada de diferentes formas, como espaço de dormir, de trabalho, ou de estar.

Apesar das propostas apresentadas não assumirem um carácter definitivo de execução, questões de ordem funcional e construtiva são indissociáveis quando se projecta, mesmo a esta escala e principalmente quando se tem bem presente a pretensão de determinada imagem. A complementaridade entre o conceito de espaço e os materiais a utilizar é fulcral

para a percepção espacial da ideia arquitectónica. Todas as propriedades e sensações que os diversos materiais, através da sua cor e textura, podem causar na percepção e leitura do espaço, são utilizadas pelo arquitecto para concretizar um ideia arquitectónica e a escolha de materiais menos adequados pode, com as devidas limitações, “alterar” o espaço pretendido. Um dos pontos que achei importante salientar é a expressão do buraco do vão na fachada, daí as caixilharias e portadas (sombreamento) de madeira, nunca estarem à face, mas sim recuadas em relação ao limite exterior da fachada e o vidro ser uma peça única ausente de qualquer ornamento. Caso a pré-existência não seja um edifício pombalino, a cobertura pode ser executada noutro material que não seja a telha desde que seja cobertura inclinada e respeite a linha de referência da cumeeira.

A casa do pescador é efectivamente um espaço muito condicionado e os regulamentos para edificações em vigor não deixam grande espaço de manobra. Face a algumas opções que mencionei anteriormente e que ilustro nos desenhos, alguns pontos não estão em conformidade com o Regulamento, e eles são: as dimensões do logradouro, a altura mínima dos pé-direitos a construção de cave destinada a habitação e altura mínima de pé-direito do mezanino. Esta questão não se coloca só em VRSA, muitos outros edifícios não são reabilitados porque nem sempre se consegue cumprir os regulamentos. As regras são necessárias mas não podem ser aniquiladoras. Um espaço pode ser habitável sem que para isso tenha de cumprir todas as alíneas dos regulamentos em vigor.



planta piso -1



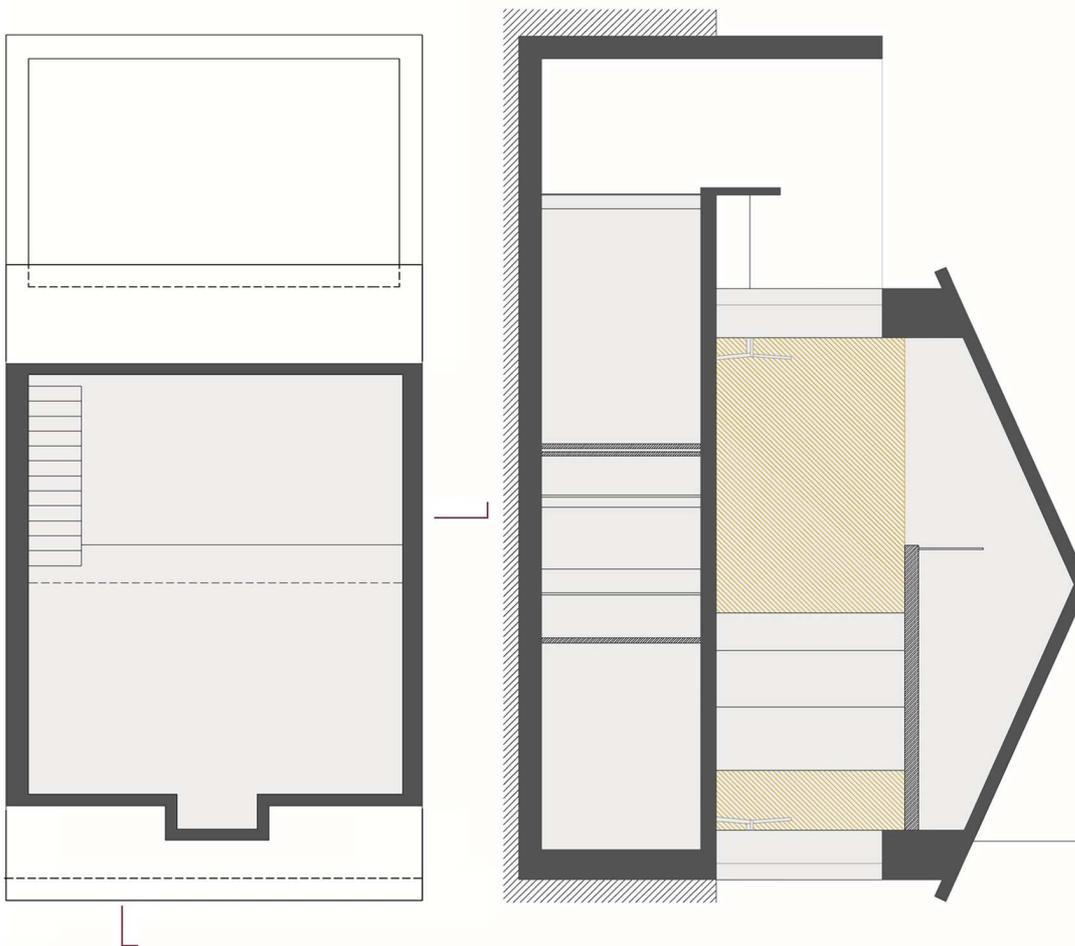
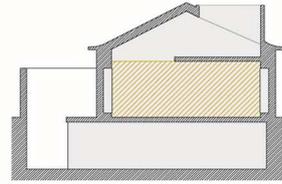
planta piso térreo

piso -1 _ quartos, l.S., arrumos

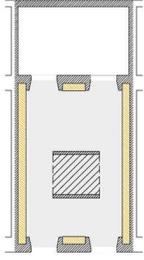
piso térreo _ l.S., cozinha, sala, espaço exterior

T2

Esc: 1/100

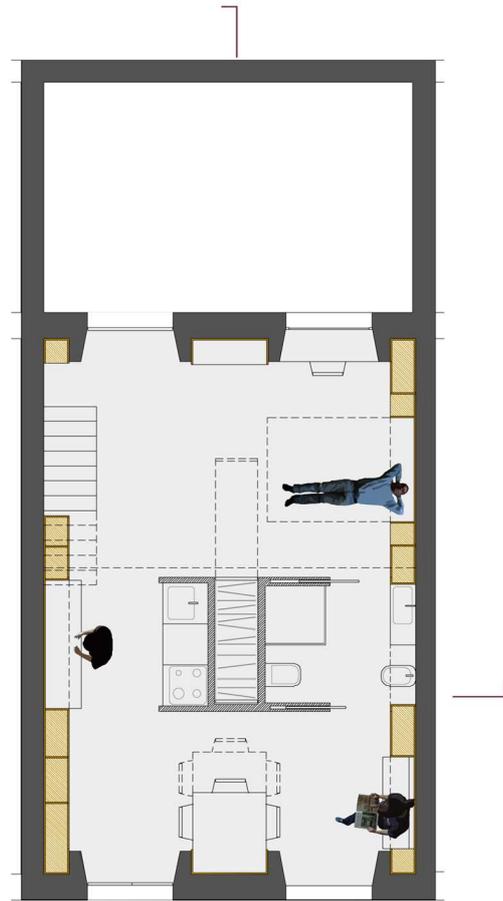


planta águas furtadas



Estúdio A

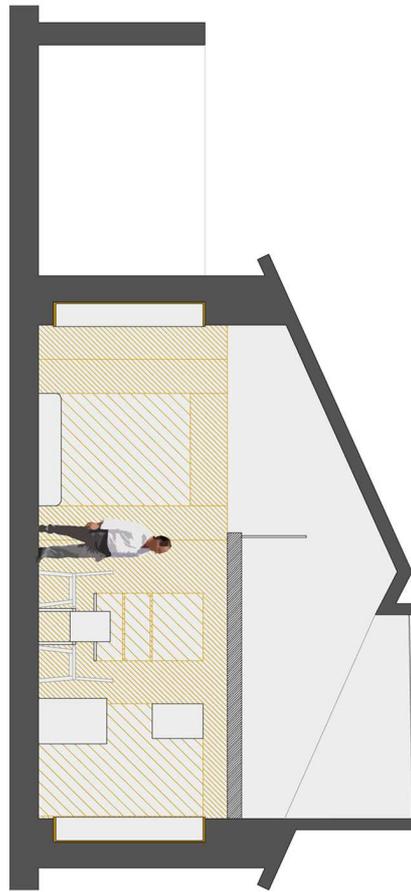
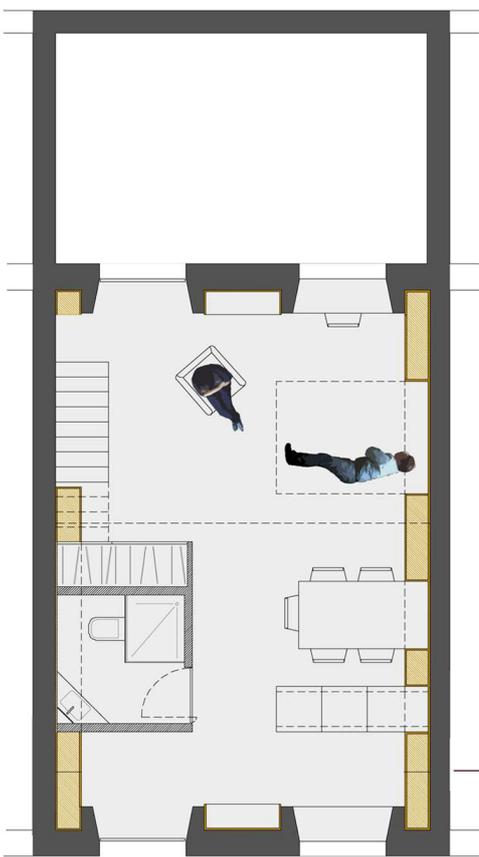
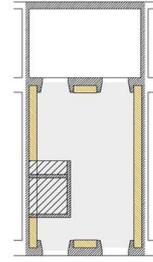
Esc: 1/100



planta piso térreo

Estúdio B

Esc: 1/100



planta piso térreo

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A participação na elaboração do PPSNPVRSA permitiu-me conhecer de forma exaustiva, e de diferentes perspectivas, toda a realidade daquela cidade. As reflexões que partilho ao longo da prova foram ganhando forma durante os 12 meses de trabalho, e são poucos os pontos em que se tocam com as percepções iniciais. O pragmatismo e a clareza do plano pombalino não adivinhavam o “percurso” complexo deste plano.

Como foi demonstrado ao longo da prova, VRSA é um contexto rico em características arquitectónicas e urbanas. As suas especificidades levaram a reunir uma série de pontos fundamentais a cumprir para uma futura intervenção. O Núcleo Pombalino precisa ser “limpo”, recomposto, é necessário agir, retirar o que deturpa a sua legibilidade e enaltecer as características essenciais do plano de 1773. A reabilitação do Núcleo Pombalino

permitirá reimprimir a sua imagem no contexto nacional e internacional, conferindo-o o carácter de ícone de VRSA.

A decisão de intervir no Núcleo Pombalino não deve ser tomada de ânimo leve. De facto, este núcleo prima pela especificidade em diversos aspectos, pelo rigor construtivo, arquitectónico e funcional. Não lhe podemos atribuir uma determinada metodologia já testada num outro contexto. Para encontrar a melhor forma de reabilitar e preservar o Núcleo Pombalino e permitir o seu desenvolvimento, foi necessário perceber qual a sua essência, essência essa que ganha corpo no confronto com o Plano de 1773 e a realidade actual da cidade e dos seus habitantes. Foi este o objectivo da equipa do PPSNPVRSA.

A riqueza arquitectónica e urbanística é sustentada pelas características do plano original. É complicado enumerar uma ou outra característica e especificidade que se destaque. A sua qualidade reside na forma como elas funcionam em conjunto. É numa ideia de conjunto que se baseia a questão primordial deste núcleo. O Núcleo Pombalino é uma peça urbana coesa definida pelos seus limites e pela soma de toda a massa construída e espaço público. Aqui, falamos do valor do edificado enquanto conjunto, e como tal assume-se de imediato que o valor do edifício enquanto peça singular nunca prevalece em relação ao todo.

O aumento de volumetria para ganhar área útil deve-se aos significativos condicionamentos das diferentes tipologias pombalinas, ainda mais, face aos padrões actuais de conforto. Não se questionou devidamente como “viver” esse espaço, e os que o fizeram não contribuíram para a unidade do núcleo. O Prof. Doutor José Eduardo Horta Correia, fez questão de o sublinhar *“Não será pois sequer possível aplicar a esta situação urbanística as metodologias de intervenção utilizadas na salvaguarda de outras vilas ou cidades. É que não há casa pombalinas a preservar em Vila Real de Santo António. Vila Real de Santo António é uma única e grande casa e é enquanto tal que ou se salva ou se condena.”*²⁹

A mancha da distribuição programática original não coincide com a actual. Não é fulcral que assim o seja, o importante é atribuir programas que sejam compatíveis com as condicionantes particulares de cada tipologia, conquistar uma diversidade programática ponderada é fundamental para a revitalização do Núcleo Pombalino. O facto de ter conduzido a minha prova ao encontro do programa habitacional justifica-se pela exigência

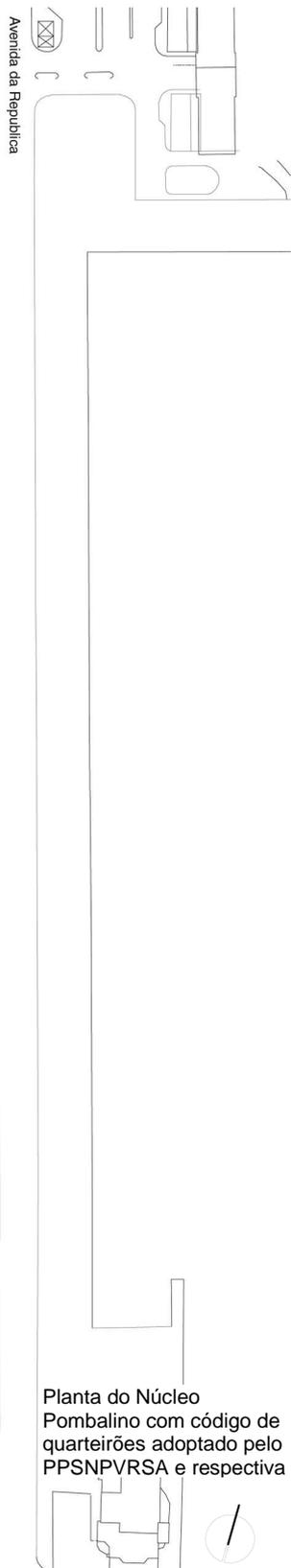
²⁹ CORREIA, José Eduardo C. Horta – *O lugar de Vila Real de Santo António na História do Urbanismo Português*, comunicação das Jornadas do Ante-Plano de Pormenor de Salvaguarda do Núcleo Pombalino, Vila Real de Santo António, Junho, 2004, pág.7

acrescida de habitabilidade do espaço. Ficou clara a dificuldade de habitar a tipologia pombalina tanto pela sua exiguidade como pelo confronto dos regulamentos para edifícios em vigor. Ao intervir no núcleo há que estar consciente dessa dificuldade e tomá-la como um desafio porque apesar de representar diversas barreiras não cessa a possibilidade de se conseguir reabilitar o espaço pombalino.

Em todas as características do Plano de 1773 está implícito um conceito: a *imagem*. Para intervir no núcleo há que explorar essa imagem, procurar uniformizar o edificado respeitando fundamentalmente uma série de itens que garantem manter vivo o *traço* pombalino. A preocupação pelo “invólucro” do edificado é primária quando se questiona intervir no Núcleo Pombalino assim como o respeito por medidas gerais que abranjam todos os módulos que formam a unidade edificada do núcleo.

Intervir sobre o construído, nomeadamente classificado, qualquer que seja a atitude face às pré-existências, induz sempre à transformação criando uma relação da nova arquitectura com o passado. A intervenção em património não pode ser julgada de acordo com a metodologia aplicada mas sim da validade dessa metodologia em determinado contexto. Entre diferentes casos de intervenções em património, existem caminhos mais válidos que outros, mas não há “a atitude” certa a tomar. A obra do passado vive, cada vez mais, de si própria, das suas especificidades, de uma memória e identidade que lhe são implícitas. Cabe a nós, arquitectos ou não, zelar pela permanência dessa identidade.

ANEXOS



Planta do Núcleo Pombalino com código de quarteirões adoptado pelo PPSNPVRSa e respectiva

BIBLIOGRAFIA

AAVV, coord. CANNATÁ, Michelle; FERNANDES, Fátima – **Construir no tempo, Souto Moura, Rafael, Moneo, Giorgio Grassi** ; Editora Estar, Lisboa, 1999

AAVV – **Família e Habitação**; Coleção Mesa Redonda, Editora Telos, 1973

AAVV, coord. Paulo Pereira – **Intervenções no património: 1995-2000: nova política**, Instituto Português do Património Arquitectónico, Lisboa, IPPAR, 1997

AAVV – **Jornal Architectos, À la recherche du temps perdu**, nº213 Ordem dos Architectos, Lisboa, 2003

AGUIAR, José – **A experiência de reabilitação urbana do GTL de Guimarães: estratégia, método e algumas questões disciplinares**; Guimarães, 1998, [Consult. 10 Out. 2004], Disponível em www.cm-guimaraes.pt

AGUIAR, José – **Cor e cidade histórica, Estudos cromáticos e conservação do património**; Edições FAUP, Porto, 2002

ARAUJO, Renata – **Vila Real de Santo António – Experiências coevas no actual território brasileiro**, comunicação das Jornadas do Ante-Plano de Pormenor de Salvaguarda do Núcleo Pombalino, Vila Real de Santo António, Junho, 2004

AYMONINO, C. - **La Vivienda Racional**; Editora Gustavo Gili, Barcelona, 1973

AZEVEDO, Paulo Ormino de – **Vila Real de Santo António, Preservação e Desenvolvimento**, comunicação das Jornadas do Ante-Plano de Pormenor de Salvaguarda do Núcleo Pombalino, Vila Real de Santo António, Junho, 2004

CALABI, Donatella – **La lounge histoire de la régularité dès Villes Nouvelles**, comunicação das Jornadas do Ante-Plano de Pormenor de Salvaguarda do Núcleo Pombalino, Vila Real de Santo António, Junho, 2004

CHOAY, Françoise – **A Alegoria do Património**, edições 70, Lisboa, 1999

COELHO, Maria João Pinto – **Intervir no Património - Conceitos e Opções** in Urbanidade e Património, Instituto de Gestão e Alienação do Património Habitacional do Estado, IGAPHE, Lisboa, 1998.

CORREIA, José Eduardo C. Horta – **Vila Real de Santo António, Urbanismo e Poder na política Pombalina**; FAUP publicações, Porto, 1997

CORREIA, José Eduardo C. Horta – **O lugar de Vila Real de Santo António na História do Urbanismo Português**, comunicação das Jornadas do Ante-Plano de Pormenor de Salvaguarda do Núcleo Pombalino, Vila Real de Santo António, Junho, 2004

CORREIA, Luís Miguel – **Património e Intervenção Arquitectónica**, Prova Final; Departamento de Arquitectura, Universidade de Coimbra, Coimbra, 1994

COSTA, Alexandre Alves; FERNANDES, Manuel Correia – **Património, Renovação e Desenvolvimento** in Sociedade e Território, Revista de Estudos Urbanos e Regionais, nº 2, 1985.

CRAWSHAW, Carol; URRY, John - **Turismo e Consumo Visual**, in Revista Crítica de Ciências Sociais, nº43 Outubro, 1995; págs.47-68

CURSOS INTERNACIONAIS DE VERÃO DE CASCAIS, coord. Centro Internacional para a Conservação do Património – **Património, Território e Sociedade**, actas, Câmara Municipal de Cascais, Instituto da Cultura e Estudos Sociais, Cascais, 2004

ENCONTRO (II) NACIONAL DE HISTÓRIA DA ARQUITECTURA, Cúria, Abril/Maio de 1994 – **Ideologias do património e intervenção arquitectónica**, relatório, Coimbra, Departamento de Arquitectura da Faculdade de Ciências e Tecnologia da Universidade de Coimbra, Coimbra, 1994.

FERNANDES, Francisco Barata – **Transformações e Permanência na habitação portuense - As Formas da Casa na Forma da Cidade**, FAUP Publicações, Porto, 1999.

FERREIRA, Carlos Antero – **Reflexões sobre Património Cultural Arquitectónico Ciência, e Inovação Tecnológica**; Escola de Belas-Artes de Lisboa, Departamento Arquitectura, Lisboa, 1983

FORTUNA, Carlos - **Detraditionalization and tourism: old memories, new functions and the reconstruction of city images**, CES-FEUC, Coimbra, 1998

FORTUNA, Carlos – **Por entre as ruínas da cidade: o património e a memória na construção das identidades sociais**, Coimbra, CES-FEUC, 1995

GALFETTI, Gustau Gili – **Casas Refugio**; Editorial Gustavo Gili, Barcelona, 1995

GIEDION, Siegfried - **Mechanization takes command, a contribution to anonymous history**; Oxford University Press, New York, 1970

GONÇALVES Adelino – **Arquitectura de estratégia: algumas considerações sobre a reabilitação dos centros históricos europeus com preocupações energéticas**; Prova Final; Departamento de Arquitectura, Universidade de Coimbra, Coimbra, 1994

GRACIA, Francisco de – **Construir en lo construido: la arquitectura como modificación** 2ª edição, Madrid Nerea, 1996

GRANDE, Nuno – **Entre os ícones e laboratórios culturais**, in Newsletter 08, Ordem dos Arquitectos, Lisboa, Outubro, 2003,

KLEIN, Alexander – **Vivienda Minima** (1906-1917); Editora Gustavo Gili; Barcelona; 1980

LAMAS, António Ressano Garcia – **Salvaguarda e valorização do património construído**, in Sociedade e Território, Revista de Estudos Urbanos e Regionais, nº21, Março, 1995; pág.8-13

LOEW, Sebastian - **Modern architecture in historic cities: policy, planning and building in contemporary France/London**; New York; Routledge, 1998.

LUIGI, Fusco Girard - **The Human Sustainable City: Challenges and Perspectives from the Habitat Agenda**; Editora Ashgate Pub Co, Janeiro, 2004

MARTINS, João Paulo – **Plano de Reconstrução da Zona Sinistrada do Chiado - Siza Vieira**, In Revista Monumentos, nº21, D.G.E.M.N, Lisboa, pág149

MONTEIRO, Pedro Duarte Cortesão – **Unidade Mínima: casa, equipamento, sistemas.**

Tese Mestrado, Porto, Edições FAUP, 1998

NEVES, Gonçalo José Urbano Curado de Seíça – **Metodologias de Diagnóstico na**

Reabilitação do Património Edificado; Relatório de síntese para provas de Aptidão

Pedagógica e Capacidade Científica, Departamento de Arquitectura, Universidade de

Coimbra, Coimbra, 1994

NORBERG-SCHULZ, Christian - **Genius Loci**, Editoriale Electa , Milano, 1996

OLIVEIRA, Margarida M. L. do Nascimento e – **Memória da Cidade Destruída-**

problemática da Intervenção Contemporânea, Dissertação para Mestrado em Cultura

Arquitectónica Contemporânea e Construção da Sociedade Moderna, Faculdade de

Arquitectura da Universidade Técnica de Lisboa, 1994.

PANPLO, Julius; ZELNIK, Martin – **Dimensionamento humano para espaços interiores**;

Gustavo Gili.; Barcelona; 2001

PARICIO, Ignacio - **La Vivienda Contemporánea. Programa e Tecnología**; Sust, Xavier,

ITEC Liberduplex, 1998

PASCOAL, Andreia Ferreira – **Tempo, História, Intervenção**; Prova Final, Departamento

de Arquitectura, Universidade de Coimbra, Coimbra, 2001

PEIXOTO, Paulo – **Imagens e usos do património urbano no contexto da globalização**,

Tese de mestrado em Sociologia pela Faculdade de Economia da Universidade de Coimbra,

Coimbra, 1997

PORTAS, Nuno – **Notas sobre a intervenção na cidade existente**, in Sociedade e

Território, Revista de Estudos Urbanos e Regionais, nº2, 1985; pág.8-13

ROSSA, Walter – **A urbe e o traço: uma década de estudos sobre o urbanismo**

português, Coimbra, Almedina, 2002

ROSSA, Walter – **Dissertação, Ante-Plano de Pormenor de Salvaguarda do Núcleo**

Pombalino, Vila Real de Santo António, Junho, 2004

ROSSA, Walter – **Do Projecto para o Plano**, Jornadas do Património & Urbanismo, Vila Real de Santo António, Maio, 2003

RYBCZYNSKI, Witold - **La casa, Historia de una Idea**; Editorial Nerea, Espanha, 1989

SMITHSON, Alison, SMITHSON, Peter – **Cambiando el arte de habitar**; Editorial Gustavo Gili, edição 2001, Castelhana 1994

SIZA, Álvaro – **A Reconstrução do Chiado, Lisboa**; Livraria Figueirinhas; Porto, 2000

TAVEIRA, Tomàs – **Arquitectura do Silêncio e o Contexto Urbano** in Domingo Magazine (parte edição nº9402 do Correio da Manhã), Lisboa, 20 Fevereiro de 2005, pág.97

TEIGE, Karel -**The Minimum Dwelling**; MIT Press, Cambridge, Massachusetts, 2002

URRY, John - **Consuming places** , Londres, Routledge, 1997

VIEIRA, Siza Vieira - **A arquitectura medíocre não é polémica**, in Jornal Expresso, Lisboa, 5 de Dezembro de 2003

VIEIRA, Siza - **As pessoas não vivem em museus**, in Jornal Expresso, Lisboa, 23 de Julho de 1999

WOLFE, Tom - **From Bauhaus to our House**; Edições Pica-dor, Londres, 1993



nélia filipe . prova final de licenciatura de arquitectura
darq . coimbra . junho 2005